



*R. J.
B.*

ATA N.º 70/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H00, nas instalações da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica, sitas na Rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor no ano de 2025”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Requalificação da Rua Lourenço Pires de Távora (Parcial) e da Rua Miradouro dos Capuchos” Aprovação da decisão de contratar, autorização e programação despesa, escolha e peças do proc., Júri de Contrato, Coordenador Segurança e Saúde;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços: fiscalização, controlo, planeamento e Coordenação de segurança para a Empreitada da Loja do Cidadão”. Aprovação da decisão de contratar, autorização e programação despesa, escolha e peças do proc., Júri, Gestor de Contrato;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Ajuste Direto n.º AD00867S2025 para “Fornecimento de Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Rede Pública do Concelho de Almada, pelo prazo estimado de 4 meses”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo – Cedência Estádio Municipal José Martins Vieira – Clube Desportivo Cova da Piedade”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00569S2025 para Aquisição de serviços de assistência a banhistas e vigilância do plano de água das Piscinas Municipais de Almada para a época de 2025/2026”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Ajuste Direto n.º AD00688S2025 para prestação de serviços de recolha de RU ao domingo, pelo prazo de 24 meses com a possibilidade de renovação por mais 11 meses;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços: fiscalização, controlo, planeamento e coordenação segurança para Empreitada Centro Saúde Costa da Caparica. Aprovação decisão contratar, autorização e programação despesa, escolha e peças de pro., Júri, Gestor de Contrato”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adenda ao Acordo no âmbito de delegação de competências de Gestão e Exploração do Parque Estacionamento – Parque da Paz”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Mercado Municipal da Sobreira. Desafetação do domínio público municipal”;

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Contrato-Programa 2025”;

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Modificação Objetiva ao Contrato n.º 168/2023 referente a serviços de inspeção e reinspecção de elevadores”;

3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de celebração de um Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, para intervenções na zona da Vila Nova”.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

2.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Ana Luisa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); António José Olaio da Silva (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD); Joana Sales Vieira (BE) por impedimento de Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE), Nuno de Avelar Pinheiro (BE), Matilde Lameira Porto (BE), João Pedro Barbosa de Carvalho (BE) e Jorge Miguel Pinto (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Pita (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência dos/as Senhores/as Vereadores Nuno Filipe Matias (PSD), José Luís Bucho (CDU) e Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Municípios "Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais Senhores Municípios;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Municípios e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.



B. J.
AK

5.2 – Usaram da palavra os Senhores Municípios João Rocha e Joaquim Barbosa.

5.2.1 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ultimamente, tenho lido alguns comentários de Municípios nas redes sociais, relacionadas com o Cais do Ginjal e Lisnave, tendo também constatado que, na última Assembleia Municipal, os discursos de alguns Deputados Municipais, não estavam enquadrados com a legislação vigente, Lei n.º 54/2005, 15 novembro, alterada pela Lei n.º 34/2014, de 19 de Junho, que define o Domínio Público Marítimo, em terrenos de conservação e demais situações de toda a área de jurisdição do Porto de Lisboa, bem como dos restantes Portos a nível Nacional, não constando na Legislação vigente, qualquer delegação de competência para Autarquias, por este fato não poderá ser imputada qualquer tipo de responsabilidade aos Presidentes dos Municípios, numa matéria da inteira responsabilidade, vulgo da APA - Autoridade Nacional da Água e Autoridades Portuárias.

Acrescento também que, qualquer tipo de obra que, venha eventualmente a ser realizada nas margens do Rio Tejo, poderá originar a criação de bancos submersos de areia, nos canais de navegação do Barreiro, Seixal e Montijo, tornando-se um obstáculo para a navegação dos Ferryboat que, fazem diariamente dezenas de viagens entre a margem Norte/Sul do Rio Tejo. Refiro também que esta situação, poderá também pôr em causa a navegação do canal da Quimigal-Barreiro, para os navios de grande porte (Calado/Draft), que transportam os componentes para o fabrico de adubo, cujo fábrica esta sediada no Lavradio/Barreiro.

Todavia, as obras na União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, continuam a decorrer a bom ritmo, estando neste período de Verão a decorrer nesta, o asfaltamento de cerca de trinta Ruas, sendo que catorze destas, só na Sobreda, passo a cita-las : Ruas Curado Ribeiro, Varela Silva, José Carlos de Belo, Estrada Nacional 10/1 desde a Rotunda do Texugo até ao Lazarirn, continuando depois o troço que vai do Restaurante do Avó, até ao cruzamento da Quinta do Salgado, passando depois para Quinta da Cerieira vulgo — Ruas da Quinta do Garrido, Vitorino Nemésio, Rui Belo e Sofia Melo Breyner, bem como as cinco transversais destas, todas elas em péssimo estado de conservação. Foi também criado um campo de Petanca, para concursos nacionais e internacionais, no Bairro de S. João na Sobreda, cujo obras do ringue Jaime Cortesão e Clube Sobredense, terminaram recentemente sendo estas importantes para o desenvolvimento da Sobreda que, estava completamente envelhecida, derivado ao abandono de que foi alvo durante de mais de quatro décadas, por uma força política que nunca se preocupou com o seu desenvolvimento, em termos de mobilidade e demais situações.

Acrescento ainda que, foi recentemente inaugurado o Parque Urbano da Charneca de Caparica, o qual possui todas as condições de segurança e higiene para a prática de lazer, tanto para os adultos bem como para os miúdos de tenra idade, devido a existência de parques infantis no interior deste, acabando-se assim, com aquela mixórdia que mas parecia uma feira para animais, de que um espaço para seres humanos.

Em tempo: lamento como cidadão que, o Pavilhão Gimnodesportivo da Quinta do Bau-Bau, continue encerrado aos Sobredenses, Charnequenses, residentes de Vale de Flores e Municípios, para a prática de desporto, somente se abrem as portas do convento, para grupos VIPs e chá das 05.00 horas, no período PM, mas quando se trata de um cidadão comum, residente neste Concelho, é sujeito a um interrogatório, por alguns responsáveis daquele, alegando que não podem entrar neste por qualquer motivo insignificante, sendo que atitudes desta natureza, servem apenas para impedir a entrada naquele, provavelmente esses senhores desconhecem que, estão em causa dinheiros públicos, tanto ao nível da Junta de Freguesia da Sobreda, bem como da Câmara Municipal de Almada, no passado recente, o qual no poderá tornar-se de maneira alguma um condomínio privado, como alguns pretendiam fazê-lo. Acrescento também que, o matagal compacto a este, é considerado zona verde deste, o qual é preocupante para os proprietários de dezenas de moradias existentes nas imediações daquele, devido a existência de uma central elétrica, a escassos metros do mesmo, tornando-se um perigo constante para aqueles moradores, caso aconteça alguma situação anómala naquele local - vulgo incêndio e demais situações semelhantes, poderá toda aquela zona torna-se numa área de perigosidade bastante elevada para os seus moradores.”



5.2.2 – O Senhor Município Joaquim Barbosa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Todos vós sabeis da minha passagem por esta Assembleia Municipal em diferentes qualidades. Hoje estou aqui na minha qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Almada.

Venho porque nos pareceu importante trazer aqui de viva-voz, a todos vós, Autarcas e Municípios, a nota de que a Misericórdia de Almada faz, este ano, a bonita idade de 470 anos.

Fundada em maio de 1555, por um conjunto de homens bons do Concelho, como então se dizia, sendo primeiro Provedor Francisco Sousa Tavares, que era pai de uma senhora que ficou celebrizada na obra de Almeida Garrett “Frei Luís de Sousa”, precisamente D. Madalena de Vilhena, que foi casada com dois provedores, D. João de Portugal e Manuel de Sousa Coutinho, e irmão de outro provedor, João Sousa Tavares. Nos nossos dias, D. Madalena seria, com certeza, provedora.

Referir também que Fernão Mendes Pinto teve uma ligação muito próxima com a Misericórdia de Almada, mas não foi provedor; foi sim mamposteiro, que era a pessoa encarregada de recolher as esmolas.

A criação das Misericórdias inseriu-se, na altura, finais do séc. XV (a Misericórdia de Lisboa, a primeira, foi fundada em 1498) e no séc. XVI, num movimento de promoção de ajuda aos mais carenciados, mas foi também uma forma de afirmação o poder régio.

As Misericórdias foram criadas sob tutela régia. Ao contrário do que por vezes é dito, a Misericórdia de Lisboa não foi criada por D. Leonor, mas foi sim, sob sua inspiração, estando ela, nessa altura, a exercer funções de regente do reino, na ausência do seu irmão Rei D. Manuel I, em Castela.

Celebrar 470 anos é, indiscutivelmente, um marco histórico de grande relevância para a Santa Casa da Misericórdia de Almada, mas igualmente para todos os Almadenses. Com quase cinco séculos de existência, encerra em si um património histórico, cultural e social, que é parte integrante de Almada, das suas gentes, da sua memória coletiva, que importa partilhar.

E devo referir algumas das pessoas que serviram a Misericórdia no século XX como provedores, tais como Polónio Febrero Júnior, entre 1919 e 1939, que foi um dos que levantou a bandeira da Carbonária na escadaria da Câmara no dia 4 de outubro de 1910, Henrique Tenreiro, provedor durante quase todo o tempo do Estado Novo até abril de 1974, e em democracia Fernando Barão, Adalberto Valente da Cruz e José Resende do Nascimento.

Sob o lema “desde 1555 a fazer o bem”, a Misericórdia de Almada tem estado ao serviço da população, elevando ao mais alto nível os valores da Solidariedade, Humanização, Transparência e ética profissional, Cidadania, Cooperação, Inovação e Sustentabilidade.

A estes valores, acrescentamos o da Resiliência, pois tem sabido adequar e reorganizar as suas respostas sociais, em absoluto alinhamento com as necessidades da população, diagnósticos locais e nacionais, época após época, de geração em geração

Anualmente, a Santa Casa da Misericórdia de Almada regista o acompanhamento de cerca de 9900 (nove mil e novecentos) beneficiários, contando com mais de 400 (quatrocentos) trabalhadores e prestadores de serviços.

Este ano de 2025 é o segundo ano de execução de um plano estratégico desenhado a sete anos, correspondendo a objetivos estratégicos e operacionais, projetos que desenvolvemos em Creche, Creche Familiar, Pré-escolar, Casa de Acolhimento Residencial, Centro Comunitário, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, Centro de Dia e Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Dependentes e outros serviços dirigidos à comunidade, onde se incluem as lojas de produtos de apoio e ajudas técnicas, o Gabinete de Apoio na Demência, as consultas de Psicologia, Osteopatia e Podologia, a Agricultura Solidária, a Oficina Domiciliária.



Aos 470 anos de missão cumprida, destacamos diversas iniciativas que reforçam o compromisso para com a população do Concelho, nas áreas Infância e Juventude, Família e Comunidade, Pessoas Idosas/Dependentes, com uma rede forte de entidades parceiras, que elevam a qualidade da intervenção que desenvolvemos.

Nas respostas de infância, temos três equipamentos nos territórios da Trafaria, Caparica e Sobreira, com creche, creche familiar e pré-escolar, estando em curso diligências para o alargamento da resposta de creche, ao abrigo da medida política de gratuitidade. Seguimos o Movimento de Escola Moderna, e integramos projetos na área intergeracional, educação ambiental, promoção da leitura, e cidadania.

No acolhimento de crianças e jovens em perigo, distinguimo-nos no contexto nacional por termos na nossa Casa de Acolhimento Residencial três jovens selecionados para integrar o Conselho Nacional Consultivo de Crianças e Jovens em Acolhimento, ao mesmo tempo que desenvolvemos diversas ações de melhoria das condições habitacionais e de integração dos nossos residentes. É ainda de notar que vários jovens frequentam o ensino superior e cursos de formação profissional, com bom rendimento escolar.

Na área da Família e Comunidade, integramos o atendimento e acompanhamento social no âmbito do serviço correspondente (SAAS), em parceria com o Município de Almada, assumindo um papel ativo e construtivo, com propostas de melhoria da intervenção, no sentido da prestação de um melhor serviço à população.

Afirmamos, também, o papel do Centro Comunitário PIA 2, com novos projetos para novas necessidades dos públicos abrangidos, congregando respostas para crianças, jovens, famílias, e seniores, concertando a intervenção com a Operação Integrada Local Caparica-Trafaria e Programa Proinfância, da Fundação *La Caixa*.

Preparamo-nos agora para apresentar a nossa Marcha, nos Santos Populares de Almada, que integra um trabalho diário de intervenção social junto da comunidade, que remonta aos anos 90

Na área Séniors, destacamos o Serviço de Apoio Domiciliário, que através do projeto *Sorrisos ao domicílio*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, *Bolsa Gulbenkian Home Care*, e Prémio BPI Séniors, protagonizou uma intervenção amplamente divulgada como boa prática, aguardando pelo resultado da candidatura à 2.ª edição.

Também na área das respostas comunitárias para seniores, destacamos o apoio da Fundação BPI *La Caixa*, através do qual foi possível reabilitar o Parque das Reminiscências, do Centro Social da Trafaria, espaço distinguido pela Gulbenkian no seu guia de boas práticas *Ageing in Place*, e que recebeu recentemente uma tertúlia da Fundação Aga Khan, sobre a adaptação de espaços para pessoas com demência, com a participação do Coordenador do Plano Nacional de Saúde para as demências.

Consideramos necessário, e estamos a tentar fazê-lo, expandir respostas que vão ao encontro de necessidades de pessoas que, por opção ou por falta de outras respostas, ficam no domicílio, contribuindo, assim, para um envelhecimento ativo na comunidade.

Adicionalmente, os nossos Lares também fizeram alterações relevantes ao nível de procedimentos e funcionamento, na área da prestação de cuidados humanizados e mais ajustados às características dos residentes apostando na formação das equipas.

O Lar Granja Luís Rodrigues, sedeado em Costas de Cão, é um edifício dos anos 40, estando em apreciação (cremos que já na fase final), nos serviços camarários, um projeto de arquitetura para um novo lar, que substituirá o atual edifício. É um projeto de investimento de grande envergadura, mas temos de procurar os recursos financeiros para o concretizar, dada a desadequação e antiguidade do atual edificado.

Como sabemos, por opção política das últimas três décadas, a solidariedade social é executada pelas instituições sociais sem fins lucrativos, sejam IPSS, Misericórdias, Mutualidades, etc.

Estas instituições estão, portanto, a exercer verdadeiro serviço público, garantindo os direitos sociais dos portugueses, em particular dos mais vulneráveis, com base num enquadramento jurídico-administrativo designado por Cooperação, e que tem fundamento constitucional no artigo 63.º da Constituição.



Contudo, isto não representa, nem pode representar, uma desresponsabilização do Estado, competindo-lhe regular, acompanhar, fiscalizar e financiar o funcionamento das diferentes respostas sociais de acordo com as exigências técnicas e de recursos humanos de cada uma.

Caso contrário, poderíamos vir a regredir ao sistema da assistência social do Estado Novo em que o Estado era meramente supletivo e todo o trabalho era feito pelas entidades privadas, nomeadamente Misericórdias, apenas com recursos próprios.

As instituições centenárias são testemunhas vivas da história. Valorizá-las é também valorizar a identidade coletiva, o sentido de estabilidade em tempos de mudança. A Santa Casa da Misericórdia soube adaptar-se aos desafios dos tempos, posicionando-se face a novos diagnósticos, reinventando o seu papel, sem mudar a sua essência.

Sugiro-vos que estejam atentos a algumas atividades que estamos a desenvolver, nomeadamente um colóquio que levaremos a cabo no dia 11 de setembro, no Fórum Romeu Correia, dedicado ao tema: *Novas Necessidades, Novos Desafios, Novas Respostas*, assim como que procurem mais informação no site www.scma.pt.

Termo agradecendo a vossa atenção e enunciando o nosso propósito: *Fazer o bem com o coração, inspirar e melhorar a vida das pessoas.*"

5.3 – Em resposta aos Senhores Municípios, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer as palavras do Senhor Município João Rocha. Foram tantos temas que não vou poder responder a todos, mas estamos cá sempre para qualquer dúvida que tenha, até teremos todo o gosto em podermos falar um dia, especificamente sobre os projetos apresentados pelo Governo agora recentemente sobre a Margueira, que aliás, vão de encontro a uma proposta que a Câmara Municipal tinha feito, e portanto, vemos com bons olhos e em particular a questão do Ginjal cuja obra está a decorrer e que esperamos que no decorrer do mês de junho ou o mais tardar inicio de julho, possa reabrir ao público para o acesso ao Rio.

Relativamente, ao Senhor Provedor Joaquim Barbosa. Naturalmente em nome da Câmara Municipal de Almada, dizer que é uma honra poder celebrar os 470 anos de uma Instituição tão importante como a Santa Casa da Misericórdia de Almada, que é nosso parceiro, provavelmente é um dos nossos parceiros principais em tudo o que são políticas sociais, se não for mesmo o mais significativo deles todos.

É um parceiro fundamental naquilo que era a descentralização de competências dos apoios sociais, a Santa Casa da Misericórdia de Almada tem um trabalho connosco absolutamente extraordinário que nos permitiu criar pontes de acolhimento social em todos os pontos do Concelho, em todas as Freguesias do Concelho e Uniões de Freguesia do Concelho, e muito graças à nossa rede de parceiros da qual a Santa Casa da Misericórdia de Almada é fundamental.

Dar nota que, também é ali no Monte de Caparica Trafaria, é um dos grandes parceiros de tudo o que é a candidatura das Comunidades em Ação ou Comunidades Desfavorecidas, aqui também são parceiros fundamentais, fora naturalmente, todos os outros projetos como o Café Memória que nós temos vindo a desenvolver à medida também com a Santa Casa da Misericórdia de Almada, e sabemos bem, como está sempre a evoluir e a criar como referiu o Senhor Provedor, novos desafios e novas respostas e a sua capacidade.

Também é com gosto que temos acompanhado ao nível do urbanismo aqueles que são os grandes projetos da Santa Casa da Misericórdia de Almada e queremos de facto, que a Santa Casa da Misericórdia de Almada possa continuar a crescer e aumentar a sua oferta e naturalmente, é com grande satisfação que vemos o dinamismo e a criatividade desta grande Instituição, que eu acho que é uma arte, como o Senhor Provedor disse, para toda a Almada, não é apenas para Almada, mas toda Almada se orgulha de ter uma Instituição desta natureza.



Dar nota naturalmente que, à semelhança do que acontece com outras IPSS's, também estamos preocupados, sabemos bem, temos falado com muitas delas, sabemos das dificuldades cada vez maiores, até nomeadamente, ao nível dos recursos humanos e dos meios financeiros, e, portanto, aqui reafirmo, que podem naturalmente, contar connosco para vos apoiar naquilo que é uma reivindicação que consideramos mais do que justa e urgente nalguns casos.

Portanto, Senhor Provedor, na sua pessoa, permita-me que cumprimente todos os trabalhadores e dirigentes da Santa Casa da Misericórdia de Almada, que são de facto, incansáveis e eu agora nos Paços do Concelho estou mesmo ao lado, e ainda agora quando foi o apagão, fui a correr ao lado perceber e pude mais uma vez verificar a dedicação daquelas equipas que é de facto, absolutamente excepcional e portanto, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos aqueles técnicos e técnicas e todo o pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Almada, todos os dirigentes e naturalmente, todos aqueles que compõem os órgãos sociais na Santa Casa da Misericórdia de Almada. Muitos parabéns."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de Sebastião Salgado apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU);

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sebastião Salgado, fotógrafo documental e ativista ecológico, morreu aos 81 anos, em Paris, no passado dia 23 de maio.

Com uma carreira de mais de cinquenta anos, Sebastião Salgado, fotógrafo militante, como gostava de se apresentar numa definição simples e precisa, não se cingiu ao retrato das pessoas e da natureza e tratou de transformar o mundo, unindo a arte, a ética e o compromisso social.

Sebastião Ribeiro Salgado Júnior nasceu em 8 de fevereiro de 1944, em Aimorés, Minas Gerais, Brasil, formou-se em Economia na Universidade de São Paulo e completou os estudos de pós-graduação em França.

Trabalhou inicialmente como economista em organizações internacionais, como a Organização Internacional do Café. A transição para a fotografia aconteceu durante uma missão em África nos anos 70 do século passado; começou a fotografar, e apaixonou-se pela imagem.

A partir de 1973, abandonou a economia para se dedicar exclusivamente à fotografia documental. O seu projeto "Trabalho, uma Arqueologia da Era Industrial", que retrata a vida dura, pesada, muitas vezes infernal, dos trabalhadores manuais na viragem do século, mesmo nas vésperas de uma transformação tecnológica de práticas e indústrias, marca definitivamente o fio condutor do seu percurso.

Com o Movimento Sem-Terra, no Brasil, o fotógrafo manteve uma relação de solidariedade e apoio, reconhecendo no movimento uma das mais legítimas expressões da luta por justiça social no Brasil. "Terra", de 1997, um trabalho sobre os trabalhadores rurais sem-terra do Brasil, contou com a participação de José Saramago (autor do prefácio) e de Chico Buarque de Hollanda (que lançou, em simultâneo, um trabalho musical com o mesmo nome). Os direitos foram integralmente oferecidos por Salgado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Um pouco por todo o mundo, Salgado acompanhou o processo de "globalização", de deslocalização da população do campo para a cidade, de movimentos de refugiados e de trabalhadores que "procuravam uma vida mais digna", processos estes que imortalizou no projeto "Êxodos e Retratos de Crianças do Êxodo".

Salgado fotografou, em 1975, o Processo Revolucionário em Curso (PREC) em Portugal, tendo exposto, em 1996, o projeto Trabalho na Festa do "Avante!", que contou com a presença do autor na Quinta da Atalaia.



Em Gênesis, publicado em 2013, um dos seus últimos trabalhos, Salgado apresenta nesta sua história da humanidade, a perspetiva ambiental. A sua preocupação com a defesa do Ambiente levou-o a fundar em 1998, juntamente com a sua companheira Lélia Salgado, o Instituto Terra, que reflorestou a Fazenda Bulcão, no Estado de Minas Gerais. Sebastião Salgado “semeou esperança onde havia devastação e fez florescer a ideia de que a restauração ambiental é também um gesto profundo de amor pela humanidade”, refere a nota do Instituto Terra sobre o falecimento do seu fundador.

Sebastião Salgado foi distinguido com diversos prémios internacionais, destacando-se o Prémio Príncipe das Astúrias (Espanha, 1998). Foi ainda nomeado Embaixador da Boa Vontade da UNICEF e foi Membro da agência Magnum Photos (até 1994).

Em 2014, foi lançado o filme “O Sal da Terra”, realizado por Wim Wenders e Juliano Ribeiro Salgado (seu filho), que documenta a vida e a obra do fotógrafo.

Como escreveu José Saramago no prefácio do livro Terra:

“Se existe alguém que merece o título de Cidadão do Mundo, essa pessoa é o Fotógrafo Sebastião Salgado.

Cidadão porque seu talento tem a marca da generosidade, da luta incansável por uma melhor compreensão do homem; do Mundo porque sua lente solidária ignora preconceitos e fronteiras. São imagens de pessoas de algum modo desterradas: trabalhadores rurais, mendigos urbanos, presos, garimpeiros, crianças de rua, gente vagueando entre o sonho e o desespero, (...) reflete paisagens humanas onde pode faltar tudo, a começar pelo espaço mínimo para assentar a vida”.

Assim o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, delibere:

1 - Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Sebastião Salgado, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências.”

6.1.2- Pelo Falecimento de Eduardo Gageiro apresentado pela Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Coelho (CDU);

6.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Coelho (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nascido em 1935 em Sacavém, Eduardo Gageiro faleceu em Lisboa em 4 de junho passado, aos 90 anos de idade.

Eduardo Gageiro é um dos nomes mais importantes da fotografia portuguesa, especializado em fotojornalismo, a vertente da fotografia que o tornou conhecido e respeitado em Portugal, mas também um pouco por todo o mundo.

Com uma atividade profissional de muitas décadas, Gageiro deixa-nos um vasto e valioso património documental, cultural e artístico, que ilustra através da imagem fixada primeiro na película e depois no papel, momentos e realidades de mais de 70 anos da história política, social e cultural do nosso país.

Gageiro retratou, como talvez nenhum outro fotógrafo português, diferentes modos de vida e diferentes personalidades, deixando-nos um acervo e um arquivo verdadeiramente impressionante sobre a vida da nossa sociedade, que de uma forma intensa e fortemente sentida, acompanhou, registou e partilhou com todos nós, durante mais três quartos de século.

Pelo seu significado e simbolismo, são inolvidáveis os registo que Eduardo Gageiro nos deixa, captados e fixados no dia da Revolução dos Cravos, dia 25 de Abril de 1974. Foi um dos primeiros a chegar ao coração dos acontecimentos desse dia, tendo registado imagens que constituem documentos históricos de enorme valor e significado, como o encontro dos militares revoltosos no Terreiro do Paço, o assalto à sede da antiga polícia política do estado fascista, a PIDE, ou o momento em que, em pleno Largo do Carmo, o Capitão Salgueiro Maia percebe que o movimento que comanda assumia definitivamente a vitória, numa fotografia que expressa de forma exemplar a comoção da vitória, e que por isso é apreciada e valorizada nas quatro partidas do mundo.



P. J.
B.

A sua primeira fotografia é publicada na capa do Diário de Notícias em 1947. Uma honra de primeira página alcançada aos 12 anos de idade, a mesma idade com que começou a trabalhar, como empregado de escritório na Fábrica da Loiça de Sacavém. Dez anos mais tarde, em 1957, Gageiro torna-se fotógrafo profissional, iniciando a sua atividade de repórter no Diário Ilustrado.

Homem desde sempre ligado à luta pela democracia e pela liberdade, e contra a ditadura fascista que oprimia o seu país, não se eximiu, durante a ditadura, de captar e publicar inúmeras imagens cruas, mas realistas, sobre as condições de enorme desumanidade em que vivia grande parte da população portuguesa. Essa coragem valeu-lhe várias detenções pela PIDE, que muitas vezes considerou as suas imagens como "inconvenientes" ao regime fascista.

Ao longo da carreira de fotojornalista, Eduardo Gageiro passou pelas redações de diversas revistas, como O Século Ilustrado, onde iniciou a carreira, Eva, Almanaque, Match Magazine. Trabalhou igualmente para a agência Associated Press (secção portuguesa), foi editor de fotografia da revista Sábado, e manteve uma longa atividade como "freelancer", que não abandonou até muito perto da sua morte.

Além das diferentes publicações onde trabalhou, a sua atividade passou igualmente por outras paragens: Companhia Nacional de Bailado, Assembleia da República, Presidência da República – onde foi fotógrafo oficial do Presidente António Ramalho Eanes –, a editora de música Deustche Gramophone e outras companhias internacionais, como a Yamaha e a Cartier, foram locais de trabalho do fotógrafo.

Eduardo Gageiro foi distinguido pelo seu trabalho em diversas ocasiões. Foi condecorado como comendador da Ordem do Infante D. Henrique em Portugal, e cavaleiro da Ordem de Leopoldo II, na Bélgica. Foi distinguido com o segundo prémio individual do World Press Photo em 1975, e foi nomeado "membro de honra" de diversos clubes de fotografia. No II Congresso Internacional de Repórteres Fotográficos, realizado em S. Paulo, Brasil, em 1966, foi nomeado vice-presidente da organização. Desde 2009 é Mestre Fotógrafo Honorário da Associação de Fotógrafos Profissionais, sendo o único português que, desde 2014, expõe uma fotografia em permanência na Casa da História Europeia, em Bruxelas.

A exposição "Pela Lente da Liberdade", inaugurada em 25 de abril de 2025 na Galeria Municipal de Torres Vedras, foi a última exposição organizada pelo fotojornalista em torno do vasto acervo fotográfico de que é autor.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar as mais sentidas condolências pelo falecimento do Fotojornalista e Homem de Abril Eduardo Gageiro a toda a sua família, aos seus muitos e muitos camaradas de trabalho e profissão, e a todos os seus amigos, no momento em que desaparecendo fisicamente o Homem, permanece connosco a sua obra e a sua mensagem de Liberdade e de Paz, que defendeu e cultivou ao longo de toda a sua vida."

6.1.3 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.1.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente, em nome da Câmara Municipal, quero associar-me a estes dois votos de pesar.

Nós também já acompanhamos o voto de pesar por Sebastião Salgado na Câmara Municipal, e naturalmente também estou certa que em reunião de Câmara haverá um voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Gageiro.

E de facto, a fotografia mundial ficou mais pobre nestas duas últimas semanas, com dois grandes vultos da fotografia nacional e internacional.

Eduardo Gageiro, de facto, era um nome incontornável, mais do que um nome, eu acho que muitos jovens podem não saber quem é Eduardo Gageiro pelo nome, mas certamente, conhecem as imagens feitas por Eduardo Gageiro e isso diz muito da importância de um fotógrafo e da sua obra, que é de facto, um nome indissociável do 25 de Abril, embora de facto, a obra de Eduardo Gageiro vá muito mais além do 25 de Abril, mas ficará para sempre ligada.



Aliás, não tive a alegria de ver a última exposição em Torres Vedras, mas fomos muitos milhares a ir ver a grande exposição em 2024, o ano passado, por ocasião dos 50 anos do 25 de Abril. A grande retrospectiva que, foi exposta no Cordoaria Nacional e que de facto, foi uma viagem absolutamente extraordinária pela sua obra, pela diversidade da sua obra, pelo retrato que fez do nosso país ao longo de várias décadas e sobretudo onde fica bem claro, aquele que é acima de tudo, o seu humanismo o tempo todo, o que é que a sua lente, o seu enquadramento, há quem diga que a questão do enquadramento é uma questão de moral, é uma questão de ética, que se percebe para onde é que o fotografo olha, e porque é que ele olha para ali. De facto, Eduardo Gageiro é sem dúvida nenhuma, um dos grandes contadores da nossa forma recente pelas suas imagens e é por isso com uma grande tristeza naturalmente, que aprendemos o seu falecimento.

Quanto a Sebastião Salgado, devo dizer que foi no dia da inauguração da grande exposição de fotografia que temos neste momento em Almada, junto à Lisnave, não desfazendo a exposição que Sebastião Salgado fez na Festa do Avante, mas quero relembrar que tem lá vinte e cinco fotografias sobre o ano de 1974/1975, o olhar estrangeiro sobre a Revolução e aquele primeiro ano de democracia, não é apenas a Revolução, é o primeiro ano da democracia, Sebastião Salgado foi aliás, uma das grandes figuras para que esta exposição existisse, que também já veio de um livro que foi editado na altura dos anos 80. Portanto, é um retomar de um grande projeto de 30 anos, e que nós contávamos justamente, que pudesse estar presente no lançamento do catálogo, e tínhamos previsto que ele pudesse vir a Almada, e, portanto, foi com grande tristeza que soubemos do seu falecimento.

Mas aqui também, muitos podem não saber de nome que é Sebastião Salgado, mas certamente, também conhecem algumas das suas imagens, para além do muito que já foi aqui referido e eu na reunião de Câmara tive ocasião de dizer, eu acho que é um dos seus primeiros livros, para mim foi um dos grandes livros de revelação do talento, da militância, do humanismo deste grande Senhor, foi um livro chamado "Trabalho". Sobre o trabalho, sobre a era industrial, sobre onde é que está a indústria hoje em dia, e que conta muito sobre a realidade que ainda hoje estamos a viver. Portanto, aquilo que foi durante muitos anos, de alguma maneira, a questão ocidental, a grande indústria que estava no Ocidente, agora não está e está em países onde os trabalhadores ainda são mais explorados, com menos condições e Sebastião Salgado estava lá para lhes dar voz, para lhes dar corpo sobretudo, para lhes dar um olhar e para nos pôr a olhar para aquilo que não queremos ver, nem queremos saber porque está longe.

De facto, Sebastião Salgado, para além do seu imenso talento, foi sempre e de facto, enquanto militante também ambientalista, ecológico, foi sempre uma voz para nos alertar e para nos obrigar a ver aquilo que muitas vezes não queremos ver, porque parece que não dá jeito.

Portanto, são estas pessoas corajosas que nunca desistem e que insistem para que não possamos esquecer nunca daqueles que mais sofrem, que nós hoje também relembramos aqui."

6.1.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.1.4.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de Sebastião Salgado foi aprovado por unanimidade.

6.1.4.2 – O voto de pesar pelo Falecimento de Eduardo Gageiro foi aprovado por unanimidade.

6.1.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentar uma declaração política nos termos da alínea e), n.º 2, do art.º 44, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As Eleições Legislativas de 18 de maio, assinalaram um marco histórico na democracia portuguesa, evidenciando uma transformação profunda no panorama político nacional. O CHEGA emergiu como a segunda maior força política no Parlamento, conquistando sessenta mandatos e obtendo quase 23% dos votos.



*f. J.
X*

Este resultado não apenas reflete a confiança de quase um milhão e meio de portugueses, mas também simboliza o fim do bipartidarismo que durante décadas moldou a política nacional. A tentativa de marginalizar o CHEGA e, por conseguinte, excluir a voz de mais de um milhão e meio de eleitores, revelou-se infrutífera.

A democracia portuguesa demonstrou a sua maturidade e resiliência, assegurando que todas as vozes, independentemente da sua filiação partidária, são ouvidas e representadas.

A ascensão do CHEGA é um testemunho do espírito de luta e determinação dos portugueses que, através do voto, expressam o seu desejo por uma mudança significativa. Este avanço não é apenas uma vitória partidária, mas uma afirmação da vontade popular por uma política que refletia verdadeiramente os anseios e preocupações da sociedade.

Agradecemos profundamente a confiança depositada em nós. Comprometemo-nos a honrar este mandato com responsabilidade, integridade e dedicação, defendendo intransigentemente os interesses da população.

O CHEGA está preparado para assumir o seu papel como principal força de oposição, contribuindo para um debate político construtivo e para a criação de um Portugal mais justo, seguro e próspero.

Este é apenas o início de uma nova era na política portuguesa. Com humildade e determinação, continuaremos a trabalhar incansavelmente, para corresponder às expectativas dos nossos eleitores e para promover as reformas necessárias que conduzam o país a um futuro melhor.

É nosso desejo que, nas próximas Eleições Autárquicas, a população de Almada nos escolha e nos considere, efetivamente, como a alternativa credível aos oito anos de desgovernação socialista.

A todos os Almadenses, independentemente do seu sentido de voto, deixo o nosso profundo agradecimento e o compromisso de que tudo faremos para honrar a confiança que em nós depositarem.

Um bem-haja.”

6.3 – Para uma intervenção de interesse do Município nos termos da alínea a, do n.º 2, do art.º 44, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tomámos conhecimento da sua intervenção televisiva no dia de 21 de maio, pelas 18H00, na SIC Notícias, onde abordou temas relativos à proximidade autárquica e aos recentes resultados eleitorais, não só a nível nacional, como também em Almada.

Gostaria de registar, antes de mais, a sua ironia ao proclamar, em direto, a importância da política de proximidade e do contacto diário com os municíipes, enquanto se encontrava num estúdio de televisão nacional, longe dos problemas reais que afetam Almada.

No próprio dia em que tantos cidadãos esperavam respostas e soluções para questões concretas do Concelho, optou por participar num debate mediático, em detrimento da presença junto das populações que representa.

Em vez de trabalhar, foi comentar.

Relativamente à acusação que fez, de que o CHEGA “não constrói” e de que não apresenta propostas construtivas, deixo-lhe aqui a referência de apenas algumas das propostas que apresentámos, para que, da próxima vez que deixar de trabalhar para ir comentar para a televisão, se lembre:

- Propostas ambientais sobre reservatórios de águas pluviais, painéis solares em escolas, combate à lagarta do pinheiro: tudo chumbado pelo PS;
- Propostas de requalificação de ruas em diversos locais do Concelho. Chumbadas pelo PS;



- Abolição das portagens da A33 e envio da proposta da travessia Algés-Trafaria para o novo Governo do PSD. Chumbadas pelo PS. O PS de Almada é tão incoerente que chumba uma proposta semelhante à que tinha apresentado seis meses antes.

- O PS teve ainda o desplante, nesta Assembleia Municipal, de chumbar uma proposta de um estudo para a criação de uma rotunda no sentido de facilitar a saída e entrada da PSP, no Pragal;

- Chumbou também, com promessas vagas, a proposta do CHEGA para o Regulamento do Bombeiro, que visava atribuir aos Bombeiros de Almada descontos no IMI e na tarifa da água – algo por eles reivindicado na cerimónia do Dia do Bombeiro, onde estivemos ambos presentes.

Poderia estar aqui horas e horas a descrever as propostas entregues pelo CHEGA nesta Assembleia Municipal e em todas as Assembleias de Freguesia do Concelho. Todas têm sido chumbadas pela maioria socialista, sem debate, numa postura que revela quem na prática, recusa consensos e soluções para Almada, Sem critérios nem justificação, só cegueira ideológica.

Os factos demonstram que não estamos aqui para destruir, mas sim para apresentar alternativas e respostas concretas – alternativas essas rejeitadas pelo PS.

É isto que a Senhora Presidente chama de “trabalho extraordinário de coordenação e de conciliação das necessidades comuns? Frase Sua.

O único trabalho extraordinário desenvolvido pelo PS, é descobrir para que lugares pode nomear mais alguns amigos.

Importa ainda salientar, que a tentativa de descredibilizar o resultado eleitoral do CHEGA, que classifica como “preocupante para o país”, constitui uma falta de respeito pelo voto livre e plural dos cidadãos. Em democracia, a vontade popular expressa-se nas urnas e deve ser respeitada, independentemente da força política em causa. O pluralismo não é uma ameaça: é uma riqueza e uma garantia do próprio Estado de Direito.

Foi isso que o 25 de Abril nos trouxe, mas a Senhora Presidente, como ficou visível na televisão, parece já ter esquecido ou nunca soube.

Em conclusão, reafirmo o compromisso do CHEGA para com Almada, com soluções concretas e com o respeito pela democracia. A política de proximidade faz-se no terreno, ouvindo e resolvendo os problemas dos munícipes, e não apenas em estúdios de televisão ou através de declarações vagas sobre consensos que, no dia-a-dia, não se traduzem em melhorias para quem vive e trabalha neste Concelho.”

6.3.2 – No debate usaram da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.3.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre esta última intervenção do Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do CHEGA, eu recordo aquilo que ele próprio disse na última Sessão da Assembleia Municipal, é que a forma também conta muito.

E para o Partido Socialista mais do que qualquer outra coisa, não é por serem ou não serem propostas do CHEGA ou de qualquer outro partido, mas a forma também conta muito. E um partido político, com a responsabilidade que agora assume ter, que chega a esta Assembleia Municipal, a dizer que teve um grande resultado nas Eleições Legislativas, coisa que obviamente, não irei pôr em causa, e depois trata aquilo que é o trabalho dos Autarcas do Concelho de Almada, como podia ser de qualquer outro Concelho como desgoverno, quando se continua a usar este tipo de linguagem, este tipo de ataques, não tente depois, pôr as queixas no Partido Socialista, que não aprova as suas propostas.

O Partido Socialista, governa esta Autarquia há oito anos, e antes disso esteve muitos anos na oposição, sempre de forma construtiva, a apresentar propostas de forma séria e a ter o mesmo tipo de postura quer nas Assembleia Municipais e naquilo que é público para todos, quer em outros momentos de reuniões mais restritas



*R. J.
X*

e que muitas vezes, se conseguem outros entendimentos que o circo mediático que o Partido CHEGA por exemplo, quer fazer deste tipo de plenários, não permite que esse sim, aconteça.

A democracia é isto mesmo Senhor Deputado Municipal, a democracia é o povo obviamente, elege os representantes e os seus representantes representam-nos da forma que entendem, que foi assim que se colocaram a eleições.

Mas digo-lhe mais uma coisa porque é importante, só mesmo uma mentalidade e espero que não fique ofendido com a expressão que vou usar, mas só mesmo uma mentalidade demasiado "tacanha", é que não consegue perceber a importância e a visibilidade que é dada a Almada, quando a nossa Presidente de Câmara, dos 308 (trezentos e oito) Municípios que existem no país, das poucas que têm essa visibilidade mediática, aquilo que pode trazer de bom para o Município de Almada. E há uma coisa que lhe posso garantir, podemos ou não gostar do estilo, podemos ou não gostar da forma, podemos ou não gostar das suas propostas, mas há uma coisa que não há ninguém que possa dizer, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, é uma pessoa que trabalha bastante, todos os dias, diariamente, para este Concelho e ao contrário do que muitos disseram quando foi eleita, acolheu Almada no seu coração e vive este Concelho muito mais do que muita gente que hoje está aqui sentada e fala da sua governação como desgovernação.

Portanto, Senhor Deputado Municipal, o Partido Socialista continuará a comportar-se com a dignidade e a representar aqueles que o elegeram e que a democracia manda.

Votaremos a favor das propostas que entendemos votar a favor, e aquelas que entendemos que não o devemos fazer, continuaremos a não o fazer, independentemente do resultado que o CHEGA tenha tido nas Eleições Legislativas."

6.3.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por agradecer as palavras da Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço.

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, eu não sou avençada, não sou comentadora residente, sou convidada pelas televisões. E, se o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes considera que os dez minutos no máximo, de comentário numa televisão é não trabalhar, o que é que dirá do seu líder que não sai das televisões.

Isto é um inferno, sempre que acendemos a televisão está o seu líder. Portanto, de facto, não deve fazer nada. Não deve mesmo fazer nada, porque ele não sai dos estúdios de televisão.

Portanto, vamos ser sérios e ter um mínimo de bom senso e de proporcionalidade.

Agora, uma coisa lhe digo, se eu até agora já trabalhava muito e com muito afinco, posso lhe garantir, como estamos mesmo, mesmo em opostos ideológicos, eu trabalharei ainda com mais afinco e como já lhe disse uma vez, contará sempre comigo para vos combater."

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor no ano de 2025";

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

7.1.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A alteração que trazemos aqui ao Mapa de Pessoal, tem essencialmente duas grandes questões.

A primeira, que é o aditamento de 28 (vinte e oito) postos de trabalho que dizem respeito ao inicio do processo de constituição da Policia Municipal, e o aditamento de 20 (vinte) postos de trabalho a ocupar, estes em CTTR – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo, os outros em CTTI – Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado obviamente, e que têm a ver com a bolsa de substituições para os trabalhadores não docentes das escolas que,



sabemos todos que assim é, as escolas têm um rácio atribuído, esse rácio está cumprido, acontece que se uma escola tem 40 (quarenta) trabalhadores e tem cinco de longa duração, o rácio está cumprido mas a escola não tem os trabalhadores.

Portanto, para procedermos a essa substituição e estou a falar dos trabalhadores de longa duração, tínhamos já uma bolsa de 30 (trinta) lugares em Mapa, e aqui teremos o aditamento de mais 20 (vinte) postos no Mapa que ajudarão a suprir essas necessidades.

Portanto, de uma forma genérica, o Mapa de Pessoal tem um total de 2811 (dois mil oitocentos e onze) postos de trabalho, 1844 (mil oitocentos e quarenta e quatro) são dos serviços centrais da Câmara Municipal, daquilo que era antes da transferência de competências e 967 (novecentos e sessenta e sete) são pessoal não docente dos quais já lá estão estes 20 (vinte) que ainda estão vagos, porque terão que ser sujeitos a processo de recrutamento e uma constituição de reserva.

Portanto, aquilo que aqui vos trazemos é que esta proposta que foi aprovada em reunião de Câmara possa ser aprovada aqui nesta Assembleia Municipal.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta representa uma escolha política profundamente errada.

É claramente uma escolha que fere os princípios da justiça social, desvaloriza os serviços públicos e perpetua a precariedade laboral.

E é precisamente nesses pilares, justiça, serviço público, trabalho com direitos, que deve assentar qualquer governação verdadeiramente comprometida com as pessoas.

É-nos aqui apresentada a decisão de contratar de imediato 28 (vinte e oito) postos de trabalho permanentes para o arranque da Polícia Municipal.

Não estamos, nunca estivemos nem nunca estaremos, contra a criação de emprego com direitos. A questão que aqui se coloca, é que é uma medida tomada sem discutir prioridades e sem que se pondere se é mesmo este o investimento mais urgente. É que tudo isto acontece, enquanto áreas críticas, neste caso em concreto a educação, continuam a ser ignoradas e desvalorizadas.

Mais do que isso:

Ao mesmo tempo que se reforça o policiamento, opta-se por manter e até agravar a precariedade nas escolas.

Avançam com mais 20 contratos temporários (CTTRC) para substituir assistentes operacionais em caso de doença. Ou seja, uma gestão pública autárquica, que não hesita em colocar trabalhadores no rol dos descartáveis, empurrados para vínculos frágeis, que não garantem nem estabilidade, nem dignidade.

E isto está muito longe de ser uma política de apoio às escolas, é uma política de rotatividade e instabilidade.

E, como se não bastasse, reduzem-se ainda os postos de trabalho em contrato por tempo indeterminado (CTTI) nas escolas, quando o que é necessário é precisamente o contrário: estabilidade, pessoal qualificado e condições estruturais para enfrentar os enormes desafios educativos e sociais que como sabemos, afetam as comunidades no nosso Concelho.

Esta proposta escolhe reforçar o policiamento em vez de consolidar serviços públicos essenciais;

Escolhe o controlo em vez do cuidado;

A repressão em vez da prevenção;



R. R.
K

Escolhe o caminho mais fácil, mas também o mais injusto, que deixa os serviços públicos à míngua e os trabalhadores completamente à mercê da precariedade.

E esta não é a visão de uma política pública centrada nas pessoas. Não é este o caminho de quem defende coesão social, igualdade e dignidade no trabalho.

Por isso, em nome da justiça social, das trabalhadoras e dos trabalhadores precários, da escola pública que queremos ver fortalecida e não enfraquecida, a bancada do Bloco de Esquerda votará contra esta proposta, porque essa é a responsabilidade de quem defende políticas para todos.”

7.1.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Rocha, estava aqui a falar com a Senhora Vereadora e nem sabemos como responder-lhe porque o Senhor Deputado Municipal não soube ler a proposta. Nem sequer percebeu qual é o propósito da proposta. Nós estamos a aumentar o Quadro, acrescentar 20 (vinte) vagas às 30 (trinta) que já existem, e está escrito, basta ler.

Portanto, a questão da adaptação do Quadro ao rácio, é uma imposição que é feita pelo próprio Ministério e, portanto, nós estamos a ir para além daquilo que é o próprio rácio. Portanto, eu sinceramente, não sei por onde pegar. Eu sei qual é a posição ideológica do Bloco de Esquerda e com todo o respeito. Agora, mais uma vez não leram bem a proposta.

Ainda ontem, nós estivemos no Conselho Municipal de Educação, com os Diretores dos Agrupamentos, e o que eles precisam é: face às ausências de longa duração, à incerteza muitas vezes deste pessoal não docente que é fundamental para o funcionamento das escolas, o que é que eles nos pedem? É para aumentar a bolsa, não é para reduzir.

Fica registado que o Bloco de Esquerda vai votar contra aquilo que os Diretores dos Agrupamentos nos pedem para fazer e volto a dizer, estamos a ir para além daquilo que a Lei nos impõe e a acrescentar 20 (vinte) postos de trabalho para garantir substituições temporárias dos trabalhadores ausentes, e isto não pode ser mais claro, de escola e escolas não agrupadas, reforçando a bolsa de 30 (trinta) postos de trabalho neste regime.

Ou seja, independentemente dos postos fixos, é fundamental para as escolas poderem substituir em caso de ausência de outros trabalhadores. E ainda agora, está também a decorrer um outro concurso para ocupação de postos, onde até, diga-se de passagem, ainda ontem estiveram a ver, concorreram mais 399 (trezentas e noventa e nove) pessoas que não vão entrar todas, mas nós estamos sempre a criar novas bolsas, novas hipóteses, novas entradas. Mas é verdade que, é um problema transversal a vários serviços, muitas vezes as pessoas assim como entram, saem. Portanto, como a escola tem que continuar a funcionar, se nós não tivermos estas bolsas, temos que fazer todo um procedimento concursal e a escola fica em risco.

Portanto, eu só lhe posso aconselhar Senhor Deputado Municipal, com todo o respeito e amizade, que voltem a reler a proposta. Mas se quiserem ouvir as razões perceberão, se não quiserem, de facto, o seu discurso não se aplica a esta proposta.”

7.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 23 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, encontrava-se fora da sala a Senhora Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria Assis Almeida (PS), através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova nos termos do previsto nos artigos 28.º a 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nos artigos 3.º a 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e do previsto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprova a alteração ao Mapa de Pessoal em vigor no ano de 2025, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de maio de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-133-DRH.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Requalificação da Rua Lourenço Pires de Távora (Parcial) e da Rua Miradouro dos Capuchos” Aprovação da decisão de contratar, autorização e programação despesa, escolha e peças do proc., Júri de Contrato, Coordenador Segurança e Saúde;

7.2.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.2.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi aprovado em reunião de Câmara o lançamento da empreitada referente à reabilitação da Rua Lourenço Pires de Távora (parcial) e a Rua Miradouro dos Capuchos, torna-se agora necessário que esta Assembleia Municipal dê a autorização para a assunção de encargos plurianuais para este procedimento e para a reprogramação financeira plurianual do plano em apreço conforme consta da proposta.”

7.2.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar nota que nós trazemos aqui muitas propostas apenas para aprovação de encargos plurianuais. Portanto, devo dizer que este é o resultado daquilo que foi a não aprovação do Orçamento 2025, que esta Assembleia Municipal deliberou e que significa o atraso, eu penso que deliberado por parte desta Assembleia Municipal, de obras que são fundamentais.

Quero, no entanto, deixar aqui o registo que foi isso que uma maioria de Deputados Municipais nesta Assembleia Municipal, decidiu não porque fosse de qualquer utilidade, mas porque foi deliberadamente para evitar que a Câmara Municipal pudesse fazer o seu trabalho.

Portanto, trazemos aqui peça a peça, para ver se os Senhores Deputados Municipais também vão chumbar estas obras que são obras de requalificação que os municíipes há muito aguardam.”

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, encontrando-se fora da sala a Senhora Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, pragal e Cacilhas Maria Assis Almeida (PS) e o Senhor deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para a requalificação da rua Lourenço Pires de Távora (Parcial) e da rua Miradouro dos Capuchos, no valor global de 1.735.554,56 € (um milhão, setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros, e cinquenta e seis centimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de maio de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-130-DEMP.



7.
8.
RR

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços: fiscalização, controlo, planeamento e coordenação de segurança para a Empreitada da Loja do Cidadão”. Aprovação da decisão de contratar, autorização e programação despesa, escolha e peças do proc., Júri, Gestor de Contrato;

7.3.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.3.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta foi também aprovada pela Câmara Municipal, o lançamento do concurso para aquisição de serviços de fiscalização, controlo, planeamento e coordenação de segurança para a empreitada da Loja do Cidadão, torna-se também aqui necessário que esta Assembleia Municipal aprove a reprogramação financeira plurianual e com os encargos também plurianuais.”

7.3.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma obra fundamental e muito esperada pelos almadenses, que já podia ter arrancado, não fosse o chumbo do orçamento.

Portanto, mais uma vez trazemos aqui a esta Assembleia Municipal, para que possam ser aprovados os encargos plurianuais que os Senhores Deputados Municipais não quiseram aprovar em sede de Orçamento.”

7.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 9 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, encontrando-se fora da sala a Senhora Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da piedade, Pragal e Cacilhas Maria Assis Almeida (PS) e o Senhor Deputado Municipal Luis Daniel Jacinto (CDU), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para aquisição de serviços: fiscalização, controlo, planeamento e coordenação de segurança para a Empreitada da Loja do Cidadão, no valor global de 175.890,00 € (cento e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de maio de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-173-DEMP.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Ajuste Direto n.º AD00867S2025 para “Fornecimento de Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Rede Pública do Concelho de Almada, pelo prazo estimado de 4 meses”;

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

7.4.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Como já referi, trata-se do início do procedimento por ajuste direto para o fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e de ensino da rede pública.

Já quando aqui trouxemos o relatório sobre os refeitórios, aludimos ao aumento do enorme consumo de refeições que estávamos a verificar este ano letivo nos nossos refeitórios.

Nós temos em vigor um contrato que é o contrato 200/2022, que foi celebrado em 17 de novembro de 2022 e que vigorará até final do ano letivo 2024/2025, mas por força desse aumento a que aludi, ele não vai suprir as necessidades para o fornecimento das refeições até ao final desse ano letivo.

Entretanto, temos também em curso um concurso internacional para o fornecimento de refeições para os anos letivos de 2025/2026 e 2026/2027. Acautelando esta dificuldade de o concurso anterior não suprir já o final do ano letivo e algum lapso de tempo na morosidade do concurso internacional que todos sabemos que tem visto do Tribunal de Contas e às vezes sobre aqui alguns percalços de morosidade, a proposta que aqui trazemos que já foi aprovada em reunião de Câmara, é a proposta de abertura de um procedimento por Ajuste Direto com o preço base de 880.400,00€ (oitocentos e oitenta mil e quatrocentos euros) mais IVA.

Por isso, aquilo que aqui vos propomos, é que em reunião de Câmara aprovamos a submissão à Assembleia Municipal e sob condição da aprovação do ponto 1, determinar a abertura do procedimento por Ajuste Direto, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 24.º, do CCP, para fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Concelho de Almada, pelo prazo estimado de 4 meses com o preço base de 880.400,00€ (oitocentos e oitenta mil e quatrocentos euros) acrescido do IVA à taxa legal de 13%;

Sob a condição de aprovação do ponto 1, aprovar as peças do procedimento que nos termos da alínea b) do CCP são o convite à apresentação de propostas e ao caderno de encargos referente ao ajuste direto supramencionado e considerando o documento que anexo;

Sob condição de aprovação do ponto 1, designar um gestor de contrato, a Dr.ª Sandra Rebelo, Chefe de Divisão dos Apoios Socioeducativos, nos termos do disposto do artigo 290.º do CCP, e como suplente a Dr.ª Sara Duarte, Técnica Superior de Divisão dos Apoios Socioeducativos.”

7.4.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE);

7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho só repetir a mesma intervenção que fiz há pouco tempo, mas este é o tipo de serviço que consideramos que é essencial e que era essencial ser prestado pela própria Câmara Municipal em vez de estar a contratar fora da Câmara Municipal.

Nós vamos votar a favor porque com a comida das crianças não se pode de facto, brincar e tendo em conta que não foram preparadas alternativas, vamos sujeitarmo-nos a esta, mas esta uma das tais coisas que nós gostaríamos que seja internalizado nos serviços próprios da Câmara Municipal para que seja a própria Câmara Municipal a fornecer.”

7.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes encontrando-se fora da sala a Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS) e o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual, para fornecimento de refeições escolares nos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Rede Pública do Concelho de Almada, pelo prazo estimado de 4 meses, com o preço base de 880 400,00 € (oitocentos e oitenta mil, e quatrocentos euros),



R. J.

acrescido de IVA à taxa legal de 13%, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-217-DCOMP.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo – Cedência Estádio Municipal José Martins Vieira – Clube Desportivo Cova da Piedade”;

7.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.5.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo para cedência do Estádio Municipal José Martins Vieira ao Clube Desportivo do Cova da Piedade, é uma proposta que nos dá bastante satisfação trazer aqui a esta Assembleia Municipal, porque, como sabemos, há uma dimensão de parceria já de há muitos anos entre a Câmara Municipal e o Desportivo da Cova da Piedade.

Aliás, somos parceiros, fazemos caminho conjunto, e quando se faz caminho conjunto confia-se. E a confiança com estas instituições, com o Movimento Associativo, confiança é também quando se estabelecem protocolos, haver aqui um princípio de autonomia. Confiamos e, portanto, achamos que o Clube para gerir este equipamento desportivo, neste caso o Estádio Municipal José Martins Vieira, deve gozar de mais autonomia. Portanto, por isso mesmo é que fazemos através deste novo Contrato Programa, uma alteração daquilo que eram os termos de cedência do Estádio Municipal, evidentemente o Clube fica com mais responsabilidades mas também passa a ter neste caso, uma transferência de verba, estamos a falar de 110.000.00€ (cento e dez mil euros) para fazer face a essa dimensão de autonomia, e também revogamos algumas das disposições, nomeadamente, impossibilidades de cedência do equipamento. Volto a frisar, uma vez que há confiança, entendemos que o Clube deve ter autonomia na gestão daquele equipamento, evidentemente também, com algumas dimensões de interesse público, para além de tudo aquilo que o Cova da Piedade faz diariamente, como por exemplo, disponibilização de algumas cedências anuais ao Município, como também a disponibilização de cinco inscrições gratuitas para jovens indicados pelos serviços da Ação Social do Município e, portanto, uma dimensão de aprofundamento desta colaboração.

Por ultimo e ficando naturalmente, disponível para qualquer dúvida que os Senhores Deputados Municipais tenham, queria aproveitar para enviar um abraço e um agradecimento em nome certamente da Senhora Presidente de Câmara e de todo o executivo neste caso ao Presidente do Cova da Piedade, o Paulo Veiga, a toda a direção, a todos os dirigentes, treinadores, a todos os atletas, dar-lhes um agradecimento sentido por todo o trabalho que fazem diariamente, porque como dizemos muitas vezes, o Cova da Piedade é não só uma das grandes instituições do nosso Concelho e nós precisamos destas instituições do Movimento Associativo forte, que fazem por todos nós um trabalho reconhecido, mas são também verdadeiros embaixadores do Município de Almada em todo o território nacional e até fora dele.

Portanto, um abraço e um agradecimento a todo o trabalho que diariamente fazem.”

7.5.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, encontrando-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS) e a Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para celebração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Clube Desportivo Cova da Piedade, para cedência gratuita e gestão do Estádio Municipal José Martins Vieira, para o período de 4 anos, entre 2025 e 2028, no valor global de 460.198,97 € (quatrocentos e sessenta mil, cento e noventa e oito euros, e



noventa e sete céntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de maio de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-176-DGED.

7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN0056952025 para Aquisição de serviços de assistência a banhistas e vigilância do plano de água das Piscinas Municipais de Almada para a época de 2025/2026”;

7.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS);

7.6.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trata-se de um procedimento que trazemos à Assembleia Municipal, que já foi anteriormente aprovado em reunião de Câmara.

Basicamente, ele tem nos seus fundamentos a assunção de um preço base de procedimento que aqui se dá público, 133.568,98€ (cento e trinta e três mil quinhentos e sessenta e oito euros e noventa e oito céntimos) a que acresce IVA à taxa legal.

De realçar que no âmbito deste procedimento há fundamentação e a fundamentação está também descrita no âmbito da proposta. Esta necessidade justifica-se tendo em consideração naturalmente, uma obrigatoriedade legal, garantir os requisitos de segurança e funcionamento na utilização das Piscinas Municipais, não existirem recurso humanos com a certificação necessária no Município, e na época 2024/2025, foi realizado um concurso público idêntico à presente proposta que termina em outubro, atingindo naturalmente, um nível de horas aí previstos. Prevê-se que o atual contrato termine precisamente a 31 de agosto de 2025, quando se esgotará o número de horas que estavam previstas no âmbito do contrato anterior.

A fundamentação do preço base está também descrita na proposta à consideração dos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, basicamente e fazendo a súmula desta proposta, estas são as linhas orientadoras, foi aprovado em reunião de Câmara a alteração orçamental que está anexa à proposta, que era uma competência naturalmente, da Câmara Municipal, foi aprovada a submissão desta proposta à Assembleia Municipal, portanto, ela naturalmente tem que vir aí e nós o que naturalmente pretendemos é que a Assembleia Municipal possa assumir e aprovar a reprogramação financeira anual do plano que está também à vossa consideração, determinar a abertura do procedimento, aprovar as peças do procedimento, a composição do júri e naturalmente também, as competências que estão atribuídas a este mesmo júri e o seu regime de substituição. É o que está à consideração dos Senhores e Senhoras Deputados Municipais.”

7.6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes encontrando-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para a aquisição de serviços de assistência a banhistas e vigilância do plano de água das Piscinas Municipais de Almada para a época de 2025/2026, no valor global de 164.289,85 € (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove euros, e oitenta e cinco céntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 19 de maio de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-156-DCOMP.

7.7 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Ajuste Direto n.º AD0068852025 para prestação de serviços de recolha de RU ao domingo, pelo prazo de 24 meses com a possibilidade de renovação por mais 11 meses;



R. J.
DR

7.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.7.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Todas estas propostas que vêm à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, são oriundas de outros serviços. Pelo que, quer eu, quer os Senhores Vereadores das áreas da tutela, estaremos disponíveis para qualquer explicação ou qualquer outra intervenção que entendam por conveniente e é essa naturalmente a nossa disponibilidade.

Esta proposta baseia-se na necessidade de recolha urgente de resíduos urbanos acumulados na via pública, que resultam da impossibilidade da sua recolha com o fundamento em diversos fatores imprevisíveis nomeadamente, avaria de viaturas e outros que estão descritos na proposta,

De reter que a fundamentação do recurso ao Ajuste Direto que se transcreve, se fundamenta em razões de saúde pública e é necessário proceder precisamente a essa recolha.

Foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, com consulta às entidades que estão descritas também no âmbito da proposta e que aqui me exime de anunciar, das entidades convidadas apenas duas responderam à consulta realizada, a SUMA e em concreto a Oportuno e Imediato – Resíduos Unipessoal, Lda.

A competência da Assembleia Municipal é para a previa autorização da assunção de compromissos plurianuais, o preço base do procedimento é de 1.110.083,33€ (um milhão cento e dez mil oitenta e três euros e trinta e três centimos) a que acresce naturalmente, o IVA à taxa legal.

A despesa no valor aí contemplado é naturalmente, aqui colocada à devida consideração dos Senhores e Senhoras Deputadas, sendo certo que todas elas estão devidamente previstas e cabimentadas.

A fundamentação da não contratação por lotes conforme fundamentação incerta na informação de serviço que está também anexa à referida proposta, a fundamentação da entidade a convidar que será a Oportuno e Imediato – Resíduos Unipessoal, Lda.

Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere favoravelmente a aprovação dos encargos plurianuais no valor global de 1.176.688,33€ (um milhão cento e setenta e seis mil seiscentos e oitenta e oito euros e trinta e três centimos) valor que acresce naturalmente também, o IVA à taxa legal.

É isto que está à vossa consideração e é sobre esta matéria que a Assembleia Municipal se pode e deve pronunciar.”

7.7.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aqui também nesta matéria tão importante e tão em voga como é a recolha do lixo, onde Almada tem um serviço em que recolhe todos os dias, graças ao chumbo do Orçamento cá trazemos nós a proposta da aprovação dos plurianuais para podermos avançar com mais este reforço do serviço ou domingo, os almadenses poderão livremente avaliar que é algo que já podia estar a funcionar, já podia estar a andar, o reforço já podia estar a acontecer, mas os Senhores Deputados da oposição assim entenderam, uma posição agora reforçada, já sabemos, e, portanto, cá trazemos aqui a proposta para ver se aprovam os encargos plurianuais e podermos aliviar as nossas equipas que entretanto tem estado a compensar de forma absolutamente extraordinária, a compensar com grande esforço e com grande dedicação.

Portanto, isto não é meramente para me meter com os Senhores Deputados Municipais, embora eu acho que deviam pôr a mão na consciência, mas é também para agradecer aos nossos trabalhadores que, não tendo a possibilidade de ter o reforço no serviço ao domingo, e é disso que nós estamos a fazer, têm eles próprios, até voluntariamente, dedicado os seus domingos para poderem ir recolher o muito lixo.”



7.7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Geraldes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, espero bem que depois na resposta não me diga que eu não li a proposta, porque eu leio-as e é em função das propostas que eu faço as minhas intervenções, posições diferentes é normal, somos da oposição divergimos em pensamento e em ideologia.

Relativamente a esta proposta Ajuste Direto para prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos.

O Bloco de Esquerda votará contra esta proposta de concessão a privados da recolha de resíduos urbanos por meio de Ajuste Direto.

É sobretudo, um voto de preocupação face a mais um passo no processo de desresponsabilização do serviço público, e um avanço perigoso no caminho da privatização gradual das funções essenciais do Município.

Sabemos que existem constrangimentos, que são reais, tal como mencionado no documento, a avaria das viaturas e a ausência de trabalhadores por motivo de acidente de trabalho. Mas importa dizer já agora, e com toda a clareza, que estes problemas são em grande parte resultado da contínua falta de investimento nos serviços municipais.

É precisamente quando se falha no planeamento, na renovação da frota e no reforço dos quadros de pessoal, que se criam condições para que a solução mais fácil e imediata seja sempre a mesma: contratar fora, privatizar serviços.

A proposta prevê um contrato de quase 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) adjudicado por Ajuste Direto a uma entidade privada para assegurar um serviço que, até aqui, era desempenhado pelos trabalhadores do município. Não estamos sequer perante uma situação pontual ou de curta duração, trata-se de um contrato com a duração de 24 meses, renovável por mais 11 meses.

Ou seja, estamos a falar de três anos de externalização de um serviço que poderia e deveria ser assegurado pelo setor público.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores,

Esta opção tem consequências políticas e sociais que não podemos ignorar.

O Recurso sistemático à externalização enfraquece os serviços públicos, alimenta a precariedade no trabalho e desvaloriza os trabalhadores municipais que continuam a serem sobrecarregados, mal pagos e esquecidos nos planos de investimento do Município.

Estes trabalhadores municipais podem e devem ser mais bem pagos e ter mais direitos.

Mais grave ainda é a normalização desta lógica de gestão. Sempre que há um problema, seja por falta de pessoal, de viaturas ou de planeamento, a solução apresentada é entregar a privados, com menos garantias, menos transparência e com um custo elevado para os cofres públicos.

A recolha de resíduos urbanos é uma função essencial do Município e deve ser assegurada por trabalhadores com vínculos estáveis e dignos, não com contratos temporários através de empresas externas cujo principal objetivo é o lucro.

O Bloco de Esquerda defende um modelo oposto:

Um modelo de serviço público forte, com trabalhadores com vínculos estáveis e condições dignas;



A.
J.
AB

Um modelo de planeamento estratégico que preveja reforços atempados de pessoal e manutenção adequada da frota;

Um modelo onde os recursos públicos não sejam canalizados para contratos com empresas privadas, mas investidos na estrutura pública municipal, que é como deve ser.

Sabemos que há lixo em Almada, que é preciso, é urgente resolver esse problema. Mas rejeitamos liminarmente que, a pretexto da urgência, se abra caminho a mais três anos de concessão a privados de um serviço público essencial.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda vota contra esta proposta.

Acreditamos que é urgente inverter esta lógica e devolver ao serviço público os meios de que precisa para melhor servir as populações, com justiça social, dignidade e responsabilidade democrática.”

7.7.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me previamente alertar que na segunda página da proposta que nos foi enviada, existe uma incorreção.

É indicado que apenas duas empresas responderam à consulta preliminar, no entanto, são referidas três empresas. Em que ficamos? A tal incongruência que se falava há pouco nas propostas, é a isto que nos estamos a referir?

Relativamente a esta proposta, quero expressar a minha total perplexidade face ao ponto a que chegou a gestão da limpeza urbana em Almada.

O que hoje nos é apresentado, um Ajuste Direto de mais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros), atribuído a um único fornecedor, justificado por “imprevisibilidade”, avarias nas viaturas e falta de pessoal, é o espelho de uma incompetência estrutural e prolongada, por parte do executivo municipal.

Após sete anos, de um Orçamento aprovado de mãos dadas com o PSD, chega aqui e diz: “agora é que eu não tenho dinheiro para fazer as coisas”. Mas as viaturas avariaram agora? Avariaram desde que o Orçamento foi chumbado? Os funcionários desapareceram de um momento para o outro ou isto é demonstrativo de uma incapacidade brutal deste executivo de cumprir, fazer e tratar do que é básico para esta população?

Como é possível que, em pleno século XXI e com os recursos de que o Município dispõe, a Câmara Municipal não tenha capacidade para garantir o funcionamento regular dos serviços essenciais?

Como é que chegámos ao ponto de não haver viaturas disponíveis nem alternativas preparadas?

É o Orçamento? Mas o Orçamento de que ano? Há sete anos ou há oito anos?

E a única proposta do executivo é uma adjudicação direta com carácter de urgência a um fornecedor externo porque os concursos públicos falham ou são anulados.

Pergunto:

- Onde está o planeamento de médio e longo prazo?
- Onde estão os investimentos na manutenção e renovação da frota?
- Onde está a gestão eficiente dos recursos humanos?

Onde é que está algum destes pontos?

Também falhou no Orçamento este ano Senhora Presidente de Câmara?

A solução do executivo foi clara, deixar acumular lixo nas ruas, pondo em risco a saúde pública e a imagem da cidade.



Esta situação não resulta de um imprevisto ocasional, mas sim da falta de visão, de estratégia e de liderança política. Ao longo dos anos, não é aceitável que uma Autarquia da dimensão de Almada chegue a este ponto por sucessivos erros, desleixo e incapacidade de antecipar as necessidades mínimas de um serviço essencial.

Exigimos respostas claras e soluções estruturais.

A cidade de Almada e os seus municípios não merecem esta degradação. Este não pode ser o novo normal.

Iremos votar a favor desta proposta, unicamente, porque não podemos deixar os almadenses com as ruas no estado em que estão. Não para facilitar a vida a este executivo.”

7.7.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que estamos a apreciar é referente ao início de um procedimento por Ajuste Direto para aquisição de serviços para recolha de resíduos sólidos ao domingo.

Sublinhamos desde já, tal é a pressa e tal é o sufoco, que a Câmara Municipal nos propõe um Ajuste Direto nem sequer nos propõe a abertura de um procedimento de concurso público, que seria naturalmente, muito mais transparente e muito mais escrutinável por esta Assembleia Municipal.

Esta proposta diga a Senhora Presidente da Câmara o que disser, diga a Senhora Vereadora responsável pelo pelouro o que disser, apenas confirma em toda a sua extensão e plenitude, aquilo que a CDU sempre disse, e vem denunciando.

A agenda da privatização de serviços, da entrega aos interesses privados daquela que é e deve ser sempre, uma área da responsabilidade exclusiva do serviço público municipal, como se encontra historicamente consagrada na Lei desde que em Portugal, fruto da Revolução do 25 de Abril de 1974, existe com o Poder Local democrático.

Depois de em março de 2025, ter decidido entregar à iniciativa privada, vários circuitos de remoção de resíduos sólidos urbanos, esta proposta aprofunda esse caminho no sentido da privatização gradual dos serviços, propomos agora, que entreguemos aos privados, a remoção de resíduos sólidos ao domingo.

Esta é a decisão fácil, para cobrir a profunda incapacidade e incompetência da gestão PS, em cumprir a missão do serviço público, a que a Câmara Municipal está obrigada. Consequência de opções políticas desastrosas, que passam por um profundo desinvestimento nas condições dos serviços municipais, em termos de recursos humanos e de equipamentos adequados, que se traduz na situação quase calamitosa, para não dizer mesmo calamitosa, em que a remoção de resíduos sólidos urbanos nas nossas ruas e praças se encontra neste momento.

A Senhora presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora do pelouro, podem tentar encontrar os bodes expiatórios quem quiserem nos outros, mas não são as Juntas de Freguesia, não é a AMARSUL, muito menos são os almadenses, os responsáveis por esta situação.

Os únicos responsáveis, são os Senhores e Senhoras Vereadores e Vereadoras eleitos pelo PS, que assumiram a responsabilidade de gestão no Município de Almada em 2017, e que desde essa data, traçaram como objetivo primeiro, o desmantelamento do serviço público municipal, e não! Não é apenas no setor dos resíduos sólidos que esse objetivo se expressa, e a gradual substituição pela iniciativa privada, concretizando uma agenda neoliberal, altamente penalizadora para Almada e para os almadenses.

Recorrendo a números concretos: em outubro de 2017, quando a Senhora Presidente da Câmara Municipal tomou posse pela primeira vez, a Câmara Municipal de Almada tinha no seu Quadro de Pessoal, hoje Mapa de Pessoal, na carreira de assistentes operacionais na área dos resíduos sólidos urbanos, 312 (trezentos e doze) trabalhadores. 312 (trezentos e doze) trabalhadores que a CDU considerava já naquela época insuficientes para as tarefas que se colocavam neste domínio à Câmara Municipal.

Mas é preciso que nos situemos nesta matéria: entre 2011 e 2016, a celebre época da Troika, a Internacional e a Nacional, a Câmara Municipal de Almada como todas as outras, esteve impedida de contratar trabalhadores



para os seus Quadros. As duas Troikas assim o impuseram e apenas em finais de 2016, quando o Orçamento de Estado para 2017 foi discutido e aprovado na Assembleia da República, esta imposição foi eliminada.

É bom que não nos esqueçamos desta realidade que levou a que anualmente, a gestão CDU reforçasse na época estival aquele número de trabalhadores com outros 45 (quarenta e cinco) contratos sazonais, o que representava um Quadro total durante pelo menos meio ano, de 357 (trezentos e cinquenta e sete) trabalhadores nesta área de intervenção.

O que é que o PS fez quando chegou ao poder em Almada? Despediu, é mesmo o termo “despediu” 51 (cinquenta e um) trabalhadores da área da higiene urbana.

O que faz com que hoje, oito anos passados sobre a data em que o PS assumiu a gestão do Município de Almada, com um Quadro de exigências muito superior ao que então se registava face às alterações que entretanto se registaram nos moldes de consumo de todos nós, no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almada, se encontrem apenas 304 (trezentos e quatro) trabalhadores nesta área de atividade. Isto é menos 53 (cinquenta e três) trabalhadores do que no tempo da CDU.

As necessidades aumentaram, as exigências também, mas a gestão do PS, decide desinvestir nos recursos alocados à solução dos problemas. É um caminho de desastre, bem expresso aliás, nas condições de acumulação de lixo, que todos os almadenses hoje, testemunham todos os dias, em todo o Concelho.

Por isso, Senhora Presidente da Câmara Municipal e Senhora Vereadora, digam o que disserem, a vossa opção pela privatização dos serviços é uma opção que prejudica objetivamente Almada, compromete o serviço público, que como já dissemos, é uma atribuição legal do Município, e compromete o próprio Município entregando recursos públicos à iniciativa privada e gerando maior precariedade nos trabalhadores.

Porque todos nós sabemos como é que estas empresas privadas tratam os seus trabalhadores.

Este é um caminho que a CDU recusa trilhar, por isso em nome da defesa do serviço público, em nome da defesa dos muitos interesses dos trabalhadores municipais, em nome de Almada e dos almadenses, a CDU denuncia veementemente os efeitos nefastos desta política de desmantelamento dos serviços públicos que está em marcha pela mão da gestão do PS em Almada, e votará naturalmente, contra a proposta agora apresentada.”

7.7.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra sobre esta proposta e confesso que começa a ser também recorrente e quem acompanha estas Assembleias Municipais de forma um bocadinho mais permanente e continua, percebe que existem aqui efetivamente, posições que são políticas e que obviamente, nesse caso respeitamos.

Aquilo que nos custa ouvir é em primeiro lugar e relativamente ao Senhor Deputado Municipal do CHEGA, dizer-lhe somente, que no caso desta proposta, não sei que proposta está a ler, aquela que eu tenho e que foi partilhada pela Assembleia Municipal, diz especificamente que foram consultadas seis empresas em consulta preliminar, das quais responderam duas, uma manifestou que não tinha interesse no serviço e a outra disse que estava disponível. Portanto, foram essas duas que responderam e será feito um Ajuste Direto a essa empresa.

Relativamente ao procedimento que aqui vem, para que fique bem claro.

O Senhor Deputado Municipal João Geraldes diz que, deveria ser um concurso público por uma questão de transparência, mas esta proposta já foi a concurso público como sabe. Sabe tão bem como eu. Aliás, se leu a proposta, a proposta diz especificamente, que este procedimento vem no seguimento de um concurso público que tinha três lotes, um dos quais as propostas que foram entregues, não estavam em condições e portanto, no dia 3 de março deste ano, a Câmara Municipal e bem, decidiu pela sua não adjudicação e a revogação da decisão de contratar. Porque é isso que o Código dos Contratos Públicos manda. Aquilo que não faz sentido é, a seguir a um concurso público, voltar a lançar outro concurso público. E isto faz-me lembrar uma história muito engraçada até pela sua intervenção que remonta a 2017. Até lhe digo, inicio de setembro de 2017, se bem se recorda o partido Socialista na altura, em plena campanha eleitoral, decidimos pedir uma visita aos estaleiros



de Vale Figueira, visita essa que foi acompanhada pelo Senhor Deputado Municipal, na altura Adjunto do Gabinete do Senhor Presidente de Câmara, e lembro-me perfeitamente, nessa visita, de ouvir algumas críticas do Senhor Deputado Municipal então Adjunto do Gabinete do Presidente de Câmara Municipal, porque o Código dos Contratos Públicos é muito complexo e que portanto, a Senhora Presidente que tinha sido Deputada, Presidente e que na altura era candidata, é que devia ter feito o seu trabalho na Assembleia da República para fazer mudar o Código dos Contratos Públicos. E porque é que veio esta conversa? Porque a Câmara Municipal estava há várias vezes, a tentar fazer investimento em equipamentos do lixo e não conseguia que os concursos fossem terminados com sucesso. Concursos esses que, durante estes oito anos foram terminados, foram feitos novos, e toda a gente em Almada sabe e percebe, que os equipamentos que hoje estão na recolha dos resíduos são muito recentes, têm menos de oito anos, e é trabalho e investimento feito por Câmara Municipal, com a competência que lhe foi dada.

Por isso Senhor Deputado Municipal, muito estranho que venha aqui falar de transparência e que é preciso lançar novos concursos e que acha o Código dos Contratos Públicos muito complexo e agora quer ainda complicar mais aquilo que o próprio Código permite, que é fazer um Ajuste Direto caso tenha ficado deserto ou as propostas não tenham correspondido aquilo que era solicitado, face a um lote de um outro concurso público. A Lei assim o permite, a Lei assim o fará e é isso que esta Câmara Municipal vai fazer.

E por falar em Lei, se me permite Senhor Presidente, julgo que ainda terei tempo, por falar em Lei, a Lei também é uma coisa que o Partido Socialista leva muito a sério. Leva muito a sério em vários aspetos e nós sabemos bem aquilo que são contratos a termo, sabemos bem aquilo que são contratos permanentes e sabemos bem quais são os mecanismos que a Lei permite para que esses contratos permaneçam e se revertam e tudo isso. Nós sabemos e julgo que todos aqui também sabemos e o Senhor Deputado Municipal também sabe porque teve como disse, no passado, teve funções de Adjunto do Senhor Presidente e, portanto, certamente que está muito à vontade sobre estas matérias.

Portanto, esses 51 (cinquenta e um) trabalhadores logo no inicio do mandato, que todos nós nos lembramos muito bem, obviamente, tive que ser feito um concurso porque é esse concurso que a Lei permite e aqueles que quiserem e puderam concorrer assim o fizeram, alguns foram integrados outros não, nós podemos estar aqui hoje e até às próximas eleições, a recordar todos os casos que aqui tentaram trazer e que tentaram de alguma forma, impedir o sucesso desta governação socialista, mas acho que não vale a pena, sei que continuarão a insistir e nós cá estaremos continuar a repor a verdade naquilo que é dito.”

7.7.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, tem boa memória, mas é uma memória muito seletiva. Porque a história que aqui contou é real até certo ponto e eu de facto, acompanhei a então candidata Inês de Medeiros a uma visita às instalações de Vale Figueira Parque, e no âmbito do diálogo que então se estabeleceu, colocou-se a questão dos concursos públicos efetivamente. Mas quem colocou a questão foi a candidata que se queixou, foi a própria candidata que se queixou que os concursos públicos eram muito demorados e eu reagi efetivamente dizendo: “A Senhora foi Deputada na Assembleia da República podia ter colaborado no sentido de que isso não fosse assim mudando a Lei”. Foi o que eu disse. Portanto, não fui eu que suscitei a questão, foi a Senhora candidata que suscitou a questão.

Agora, a Senhora Presidente da Câmara Municipal está-se a rir, provavelmente, acha piada.

Agora o que importa aqui sublinhar, é que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, pegou num dos aspetos menos importantes da nossa intervenção. E a nossa intervenção no essencial, condena a opção política desta Câmara Municipal, desta maioria do PS, no sentido da privatização dos serviços. Sobre isso a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço disse nada. E nós registamos que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço sobre isso tenha dito nada.”



P. J. B.

7.7.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, eu vou fazer algo inusitado por mim nesta Assembleia Municipal. Vou usar a expressão e as palavras da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, dizer: “Senhora Deputada Municipal se calhar devia ler as propostas”.

A proposta que está em apreço, as entidades convidadas apenas duas responderam à consulta realizada, SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente e a Prezero Portugal. SUMA e Prezero, há duas, se eu estiver a ir muito rápido diga.

A Oportuno e Imediato – Resíduos Unipessoal, terceira empresa, duas, dois mais um três, manifestou interesse em concorrer a Ajuste Direto a esta aquisição. Estava a chamar-me a atenção do que não percebi. Muito obrigado.”

7.7.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu posso ler, está aqui a proposta da Câmara Municipal, que eu penso que é aquela que receberam.

Portanto, posso ler o ponto 4, o número das empresas consultadas, e depois diz: “Das entidades convidadas, apenas duas responderam à consulta realizada: A SUMA e a Oportuno e Imediato – Resíduos Unipessoal.

A outra também respondeu que não estava interessada. A única que respondeu positivamente foi esta Oportuno e Imediato, que esta que nós vamos adjudicar. Portanto, sejam duas, sejam três que venham na proposta, aliás, eu nem sequer tinha falado disso, o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes fala comigo, eu nem sequer tinha falado disso. Mas seja como for, ou uma ou duas não estavam interessadas e só uma é que está interessada.

Agora, eu já que estávamos num exercício de memória, então certamente Senhor Deputado Municipal João Geraldes, para já vou já convidar o Senhor Deputado Municipal José Rocha, ir a Vale Figueira para perceber o descalabro do equipamento, porque vai ver o que eu vou acabar de dizer.

Já que estávamos num exercício de memória, quando nós chegamos havia quatro carros a funcionar. Sabem quantos carros estão a funcionar neste momento, catorze. E cinco estão em manutenção. E sabem porque é importante isto? É porque quando nós chegamos havia dois turnos de recolha, um de manhã e um à noite. Sabem quantos turnos há agora? Três. Três turnos e tanto quanto eu me lembro, até me lembro da indignação que foi expressa por nós estarmos a criar um terceiro turno de recolha.

E depois, esta proposta de facto, eu vou ler já que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes pede o rigor na leitura eu vou ler o primeiro parágrafo: “Por deliberação da Câmara Municipal a 3 de março, foi aprovada a não adjudicação do lote 1 do procedimento por concurso público, com a publicação do anuncio, por os candidatos num concurso público não terem os requisitos necessários para poderem ser aprovados.”

Portanto, mais claro, mais transparente, mais evidente, não existe.

Senhor Deputado Municipal, eu não me recordo de lhe ter falado do concurso público, que eram muito lentos, mas porque não, até é possível, porque até lhe posso dizer que sim, e que acho que é mesmo uma das questões urgentes a fazer, é revermos um bocadinho o Código dos Contratos Públicos, que em vez de apoiarem e permitirem que a Função Pública possa agir eficazmente, só criam bloqueios sistemáticos. Mas sabe também porque é que chegamos a este ponto? Porque também alguns dos Senhores de um lado e de outro, também andaram a convencer toda a gente, que qualquer pessoa que se dedica à Função Pública tem más intenções e é certamente de ética duvidosa. E, portanto, esse discurso que os Senhores também fazem, também nos trouxe ao ponto em que estamos.”

7.7.2.8 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):



B.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Duas ou três notas muito breves, vou ser telegráfica.

Ao número que o Senhor Deputado Municipal João Geraldes deu ali de trabalhadores quando nós chegamos, fui eu, portanto sei, tem que abater 40 (quarenta) que estavam de facto, na recolha, mas que não estavam a trabalhar na recolha porque estavam em trabalhos moderados. Por razões legítimas com certeza, mas era um número. Portanto, abata se fizer favor, 40 (quarenta).

Segundo, era um número no caso de trabalhar (não esteja a interpretar mal as minhas palavras, eu não sou número, eu não trato os trabalhadores como número, e toda a gente na Câmara Municipal sabe que assim não é. Portanto, eu não lhe admito isso, não lhe admito esse comentário, peço muito desculpa.)

Portanto, eu disse que ao número que o Senhor Deputado Municipal aludiu, tem que abater 40 (quarenta). Porque de facto estavam lá, mas não eram trabalhadores no ativo de recolha porque não podiam. Porque tinham tido acidente etc., mas estavam lá. Contados e a fazer outras coisas que não na recolha.

Segunda questão, este circuito complementar ao domingo, eu penso que toda a gente entende que, o poder dar o dia de folga a todos os trabalhadores ao domingo, é não só uma mais valia para a vida profissional, para a vida pessoal dos trabalhadores, como é uma maior facilidade de gestão. Porque todos sabemos que as gestões com as folgas do domingo são perturbadoras.

Terceira questão, a afirmação de que, estar a contratar circuitos é estar a reduzir e a enfraquecer o serviço público, não! simultaneamente à contratação destes circuitos, temos aberto uma recruta de recrutamento para trabalhadores operacionais da recolha, está o procedimento a decorrer, não tenho o número ainda, só quando for publicado é que tem número, como o Senhor sabe muitíssimo bem.

Resumindo, efetivamente, nada do que dizem é assim. Não há enfraquecimento do serviço público, estamos a contratar, estamos a reforçar aquilo que já é o núcleo central da prestação do serviço público no Município. Portanto, é bom que isto fique claro e que não se diga tudo o que é ao contrário. E acho muito estranho que quando eu disse que os trabalhadores ficarem todos com o domingo para a sua gestão pessoal, tenham dito que é demagogia, porque de facto, não o entendo assim.”

7.7.2.1 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

7.7.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, a urgência era só porque podia ser extemporâneo todo este discurso. Aquilo que pretendo saber é o que é que estamos a votar afinal. Porque se é uma proposta que tem frases diferentes, porque estão a dizer que a proposta que acabei de fazer download do site da Assembleia Municipal, está diferente, então estamos afinal a votar o quê, porque se dizem que esta frase da “Prezero” respondeu ou não, ou seja se esta frase está diferente, está mais alguma coisa diferente, a proposta foi alterada? Há uma proposta da Câmara e uma que está na Assembleia Municipal, afinal estamos a votar o que? Que documento está a ser presente a esta Assembleia Municipal? É a pergunta que estou a fazer e permita-me só dizer, Senhora Presidente eu não me dirigi a si dirigi-me à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço.

Senho Presidente o esclarecimento é este: o que é que estamos a votar e qual é a proposta oficial?”

7.7.2.1.2 – Usou da palavra para prestar esclarecimentos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, estamos a votar o documento que está na pasta da Drive.”



*R. J.
SR*

7.7.2.2 – No debate usaram da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS) e o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

7.7.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra para de alguma forma me retratar, porque fui levada pela ilusão da formatação do texto, e de facto, estão aqui referidas três empresas. Mas já agora, esclarecer que aquilo que nós aqui estamos a votar é tão exclusivamente a assunção de encargos plurianuais e portanto, tudo isto é irrelevante se foram consultadas três, quatro, cinco ou seis, e mesmo para a Câmara Municipal também foi. Compreendo aquilo que diz e peço desculpa pelo meu lapso, obviamente, também devia ter tido mais cuidado, mas no entusiasmo da discussão e hoje estou a ter especialmente gosto em debater consigo, não sei porquê. Mas peço desculpa, porque de facto também me enganei. Contudo e para que fique bem claro, aquilo que nós aqui estamos a votar tão somente os encargos plurianuais e, portanto, é irrelevante tudo o que está acima porque já foi votado pela Câmara Municipal.”

7.7.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA não vai alterar a sua posição de voto relativamente a esta proposta, percebemos perfeitamente que possam haver lapsos, errar é humano e aceitamos perfeitamente o pedido de desculpa é algo que acontece no calor da discussão política e vamos manter o nosso sentido de voto.”

7.7.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 22 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 1 abstenção da eleita do PAN, encontrava-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para prestação de serviço de recolha de RU ao domingo, pelo prazo de 24 meses com a possibilidade de renovação por mais 11 meses, no valor global 1.176.688,33 € (um milhão, cento e setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e oito euros, e trinta e três centimos), valor com IVA incluído à taxa legal de 6%, repartida por quatro anos, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-199-DCOMP.

7.8 – Entrou-se no ponto 3.8 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços: fiscalização, controlo, planeamento e coordenação segurança para Empreitada Centro Saúde Costa da Caparica. Aprovação decisão contratar, autorização e programação despesa, escolha e peças de pro., Júri, Gestor de Contrato”;

7.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.8.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Câmara Municipal aprovou o lançamento do concurso para aquisição de serviços de fiscalização para a empreitada do Centro de Saúde da Costa da Caparica, essa aquisição implica a repartição de encargos pelos



anos económicos de 2025 e 2026, pelo que propomos que esta Assembleia Municipal aprove os encargos plurianuais nos termos constantes da proposta.”

7.8.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como devem imaginar aqui é uma pequena despesa que é de facto só para os serviços de fiscalização, para poder arrancar a obra da construção do Centro de Saúde da Costa da Caparica, mas devido ao chumbo do Orçamento tivemos que esperar pela Assembleia Municipal para poder aprovar os encargos plurianuais. Portanto, mais um atraso, sabemos que é esse o objetivo da oposição e assim conseguiram cumprir. Eu apenas peço a palavra para que todos os municíipes fiquem bem informados sobre esse facto.

É algo que em tempo normal, com a aprovação do Orçamento, estas autorizações plurianuais também são delegadas na Câmara Municipal, não foram este ano, têm que vir sistematicamente à Assembleia Municipal.

A despesa é curta, mas o atraso no bom procedimento é muito grande, era esse o objetivo, conseguiram, mas nós não desistimos e é isso que quero reafirmar, por muitas dificuldades que queiram fazer nós não desistimos, pelos almadenses.”

7.8.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luís Filipe Palma (CDU), Maria Rita Magalhães (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.8.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós congratulamo-nos com esta proposta e iremos votar naturalmente a favor, mas também compreenderão que aproveito este momento para colocar a questão, para saber qual é o ponto da situação relativamente à construção do Centro de Saúde do Feijo.”

7.8.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação ao Centro de Saúde do Feijó, o concurso ficou vazio. Tentamos no seguimento do concurso vazio proceder a um Ajuste Direto, não conseguimos encontrar quem pegasse na obra. Estamos a rever justamente, a questão do preço. Neste momento os preços aumentaram de tal maneira que o preço base está em 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) acima, e estamos justamente e ainda hoje despachei não só para tentar aperceber-me da disponibilidade financeira para lançarmos novo concurso público, mas também muito importante e isso é uma resposta que precisamos de ter por parte do Governo urgentemente, é a garantia de facto, do financiamento, porque o prazo está a correr e, portanto, o prazo PRR neste momento estamos muito preocupados.

Da nossa parte o projeto está pronto, como lhe digo, a reavaliação neste momento é muito preocupante, o aumento das obras, está mais ou menos terminado. temos que, um lado perceber onde é que conseguimos libertar verba para o facto, e sobretudo ter uma resposta por parte do Governo relativamente a estes financiamentos e de facto, quais são as garantias do Governo relativamente aos financiamentos dos centros de saúde, quando somos vários neste caso, com os prazos a decorrerem e o que é que vai acontecer com os prazos do PRR.”

7.8.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente de Câmara durante esta noite mimou-nos reiteradamente com a questão de o Orçamento não ter sido aprovado, é um facto. Mas não aprovado e a Senhora Presidente já sabe que é desde dezembro. Logo, parece-nos a nós que a partir do momento que desde de dezembro sabia que não tinha Orçamento, que



J.
R.

devia ter tomado as medidas adequadas para que houvesse o menor atraso possível para que as obras fossem realizadas.

Portanto, não é desculpa, nós compreendemos perfeitamente estas intervenções, estamos em ano de eleições, portanto, há que culpar alguém por aquilo que não foi feito ao longo dos anos.

Já agora, só para dizer que aqui bem próximo, Setúbal tem o Orçamento chumbado, e não assistimos a este espetáculo."

7.8.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal, com todo o respeito eu não sei qual é o espetáculo de Setúbal, confesso. Mas sei um pouco da situação que se está a viver em Setúbal e, portanto, eu não acharia que seja propriamente um exemplo a seguir.

Dito isto, é uma questão muito simples, que é nesta altura e em tempo absolutamente normal, como sabe temos sempre um orçamento inicial, fechamos as contas e depois temos naturalmente, uma revisão orçamental até no âmbito do Saldo de Gerência. Com o chumbo do Orçamento nada disto aconteceu. O que não invalida para continuarmos a ter minimamente uma noção financeira do que se está a passar, enquanto não fechássemos o ano de 2024, que fechamos em tempo absolutamente normal, há certas coisas que não podíamos fazer. Portanto, eu só posso depreender da sua intervenção, que sim, estamos em ano de eleições e, portanto, a sua intervenção que eu não acredito que desconheça estes mecanismos, é uma tentativa de justificar o que não é propriamente justificável, porque é normalíssimo e obviamente, não havendo aprovação do Orçamento, estando a funcionar com o Orçamento do ano anterior, o mínimo que podíamos fazer, é fechar as contas de 2024 e acabar por fazer o balanço porque era esse o planeamento que tínhamos, era com a revisão orçamental pudermos lançar uma série de procedimentos e é isso que estamos a fazer exatamente nos termos previstos. Tal e qual o que estava previsto após fecho de contas, após revisão orçamental, após inserção do Saldo de Gerência que, não é possível sequer contabilizar enquanto não fechamos as contas."

7.8.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente de Câmara, não explicou nada, não justificou nada.

Como lhe acabei de dizer, há vários Municípios que estão na mesma situação que está Almada, e os trabalhos decorrem, fazem os trabalhos, constroem-se, etc. Portanto, aqui a questão que nós colocamos e que lhe coloco com toda a franqueza, é que tiveram oito anos para fazer imensas coisas e de facto, não fizeram. E não é neste último ano, que e ainda por círculo têm o Orçamento chumbado, de facto foi um problema que os Senhores criaram, mas ninguém criou, foram os Senhores que criaram este problema, porque a Senhora Presidente podia ter apresentado um orçamento novamente, podia ter negociado. Não chegou a esse ponto, portanto a responsabilidade é sua, não é responsabilidade do lado de cá, é sua Senhora Presidente de Câmara."

7.8.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal, eu não vou reabrir essa questão do debate do Orçamento, aliás, porque sei bem porque é que a CDU propôs como de costume, ou é tudo ou não é nada, portanto, normalmente não há negociação possível.

Agora, posso lhe dizer que todas as obras que estão em curso e são muitas, os 95 (noventa e cinco) fogos estão em curso, todas aquelas que já arrancaram. Ainda agora, fomos inaugurar o Parque Urbano da Charneca de Caparica, tudo o que era obra cabimentada e comprometida, naturalmente está a decorrer com toda a naturalidade porquê? Porque já estava devidamente cabimentado e com os encargos plurianuais reconhecidos. A questão só se coloca para novos procedimentos como os Senhores bem sabem. Portanto, confesso, se há coisa



que eu aprendi nestes oito anos, é não ir olhar para a gestão das Câmaras Municipais da CDU para perceber como é que se gera bem uma Câmara Municipal. Desculpe a frontalidade.”

7.8.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, encontrava-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS) e a Senhora Deputada Municipal Marta Cortez dos Santos (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para aquisição de serviços: fiscalização, controlo, planeamento e coordenação segurança para Empreitada Centro de Saúde da Costa da Caparica, no valor global de 175.890,00 € (cento e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-196-DEMP.

7.9 – Entrou-se no ponto 3.9 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adenda ao Acordo no âmbito de delegação de competências de Gestão e Exploração do Parque Estacionamento – Parque da Paz”;

7.9.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.9.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta diz respeito a uma adenda, ao acordo no âmbito de uma delegação de competências na WEMOB, para gestão e exploração de um parque de estacionamento no Parque da Paz, estamos a falar daquele parque na zona do remate norte do Parque da Paz, foi uma zona que foi requalificada, que serve aquela zona do território, é um parque de estacionamento que tem um período de gratuitidade de três horas essencialmente para que o parque funcione com apoio até este momento, dos utilizadores do Parque da Paz e aquilo que pretendemos é uma vez que estamos a falar de um parque que está numa zona de interface e junto aos transportes públicos, é que aquele parque passe a funcionar precisamente como zona de interface e que possa incentivar que qualquer munícipe deixe o carro e troque o seu veículo pela utilização do transporte público naquela zona.

Portanto, aquilo que pretendemos é também em colaboração neste caso com a Transportes Metropolitanos de Lisboa, tornar a utilização gratuita deste parque, para quem é possuidor de um passe navegante. Portanto, todos os titulares de navegante poderão passar a partir deste momento e sendo esta proposta aprovada, basta acederem ao parque, apresentarem o seu cartão de navegante junto da máquina, a cancela abre e têm a utilização gratuita durante esse dia. No fundo estamos a falar de estacionamento gratuito para os residentes de Almada e titulares do passe navegante, achamos que é uma medida importante não só de valorização do parque, mas também de promoção da utilização de transportes.

Dizer que, numa segunda fase aquilo que faremos isto brevemente, ainda não está tecnologicamente operacional, mas aquilo que faremos é compatibilizar, o parque tem cerca de 200 (duzentos) lugares, compatibilizar a utilização do parque também com um número suficiente de lugares para que também os utilizadores do Parque da Paz, durante o dia, possam estacionar. Portanto, o parque terá um limite máximo inferior ao limite de lugares de todo o parque para utilização de utilizadores com o cartão de navegante.”

7.9.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



R. J.
B.

Neste momento os espaços verdes e os parques estão sobre a minha competência, queria dar nota e reforçar esta questão.

De facto, quando foi criado este parque de estacionamento dedicava-se essencialmente aos utilizadores do Parque da Paz, pudemos constatar nestes três anos e penso que os almadenses também, que o seu uso é e temos que admitir, bastante diminuto, sobretudo porque há outro parque também na parte de cima do Parque da Paz. Por isso, apesar de querermos manter uma bolsa para os utilizadores do Parque da Paz, não temos dúvidas que este importante espaço que estamos a dar que é criar um parque de estacionamento para todos aqueles que têm o passe navegante de forma gratuita no sentido de usarem os transportes públicos, almadenses residentes, com certeza, não queremos deixar de lado esta questão dos utilizadores do Parque da Paz e por isso é que estamos a trabalhar também nesse sentido e como disse o Senhor Vereador, criar um limite de utilização para deixar uma pequena bolsa de estacionamento para os utilizadores do Parque da Paz durante o dia."

7.9.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), e ainda o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS).

7.9.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para duas questões um pouco técnicas para tentar perceber

Ficamos aqui apenas com duas dúvidas.

(Intervenção inaudível micro desligado)

7.9.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A solução é uma solução de gratuitidade do acesso ao parque para todos os utilizadores do passe navegante que sejam residentes no território de Almada. Portanto, a codificação da leitura do cartão aquilo que permitirá é aceitar com um fator de residência, evidentemente que não há aqui um dado porque é uma leitura binária de informação codificada no cartão como sabe eu penso que a tecnologia é Calipso e portanto, o chip do cartão possui um conjunto de informação codificada e aquilo que o descodificador faz é descodificar uma determinada informação, neste caso por exemplo, a diferença entre um cartão multibanco e o passe navegante, os dois têm um chip e aquele reconhece o passe navegante e não reconhece um cartão multibanco. Portanto, aquilo que o descodificador presente na cancela fará, é descodificar o código do cartão.

Portanto, é essa a solução tecnológica que será implementada e que nós achamos que era importante e por uma questão, não é só evidentemente porque estamos a falar de um parque em Almada, mas é sobretudo por uma razão e que foi ponderada tecnicamente que tem a ver com uma coisa que é: aquilo que quisemos foi evitar que aquela zona e estamos a falar do Centro Sul, que é um parque conexo ao Centro Sul, que pudéssemos ter municípios de outros Concelhos a utilizar ou a vir carregar o Centro Sul e utilizar o Centro Sul como interface para outros transportes. Portanto, a gratuitidade é só para residentes de Almada, achamos que é o que faz sentido, e, portanto, é isso que será implementado."

7.9.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, encontrando-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a adenda ao acordo no âmbito de delegação de competências de gestão e exploração do Parque Estacionamento – Parque da Paz, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-210-GP.



7.10 – Entrou-se no ponto 3.10 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Mercado Municipal da Sobreda. Desafetação do domínio público municipal”;

7.10.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS);

7.10.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Mercado Municipal da Sobreda é constituído por um edifício com área descrita na proposta, o qual se encontra inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda.

O imóvel encontra-se naturalmente, devidamente descrito e ocupa uma parcela e uma área do domínio público de 5.854,00 m². É um bem do domínio público, no que respeito pelas dimensões essenciais inerentes ao próprio conceito de domínio público, nomeadamente está sujeito à inalienabilidade, imprescritibilidade, e impenhorabilidade, apenas deverão ser objeto de registo predial em caso de concessão. Eu disse em reunião de Câmara que todas estas designações são trava línguas, mas temos que aprender a dizer tudo.

A informação de serviço que está anexa à proposta, é uma informação de serviço do Departamento de Economia e Desenvolvimento Local, que indica que se encontra prevista a ampliação da área constituída do Mercado Municipal da Sobreda e que tendo em vista a respetiva rentabilização, existe a necessidade de as lojas ali existentes, poderem estar sujeitas ao negócio jurídico privado, nomeadamente na forma de arrendamento.

Para que possam ser sujeitas a este negócio, é imprescindível que este imóvel seja desafetado do domínio público e feita a sua integração no domínio privado municipal, continua a ser um equipamento municipal.

Constitui competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a desafetação dos bens do domínio público municipal;

Constitui competência da Câmara Municipal apresentar estas mesmas propostas à Assembleia Municipal.

Assim, propõe-se à Assembleia Municipal que delibere a submissão e a aprovação naturalmente também desta proposta e a sua deliberação.

Dar nota que na reunião de Câmara foi suscitada a questão relativamente a esta proposta, daquilo que é a matéria formal do domínio municipal e do domínio privado municipal.

Dar nota que, esta proposta constitui uma regularização daquele património, e para além disso, associado a esta questão está a possibilidade de podermos vir a afetar por arrendamento o espaço ou um novo espaço de ampliação do próprio Mercado, o que não pode nunca acontecer, se se tratar de parcela só do domínio municipal. Ela precisa de transitar para o domínio privado municipal, para que se possa depois sujeitar a arrendamento.

Portanto, é nisto que se baseia esta proposta, esta alteração de qualquer maneira o edificado continua a estar no domínio municipal e continua a ser municipal.”

7.10.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.10.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nas duas últimas propostas não tivemos o privilégio de ouvir a intervenção da Senhora Presidente Inês de Medeiros, para se vitimizar com o chumbo do Orçamento, já é alguma coisa.

A segunda, dizer mais uma vez que nós lemos a proposta, temos esse péssimo hábito, lemos os pareceres técnicos, a inclusão do parecer jurídico, ainda assim, vamos manifestar a oposição clara da Bancada do Bloco de Esquerda à proposta de desafetação do Mercado Municipal da Sobreda do domínio público municipal.



*R. S
J*

É uma proposta, legítima, é legalmente possível, mas esta não é apenas uma mera questão de legalidade, é uma questão de visão política, social e de defesa do interesse público.

Em primeiro lugar, falamos de um bem público e os bens públicos não são meros ativos financeiros. São inalienáveis por natureza, como já foi dito, e só podem ser desafetados em situações verdadeiramente excepcionais, quando já não servem o interesse coletivo.

Ora, o Mercado da Sobreira continua em funcionamento e mais, tem condições de ser revitalizado.

Onde está, então, o interesse público superior que justifique esta decisão?

Em Segundo lugar, o que está aqui verdadeiramente em causa é uma inversão perigosa de prioridades.

A lógica por trás desta proposta é a "rentabilização". Isto é, tratar o Mercado da Sobreira como um ativo a explorar comercialmente.

Mas o mercado não existe para dar lucro, existe para servir as pessoas, os pequenos comerciantes, os moradores. É um espaço de proximidade, de coesão social, de acesso a bens essenciais.

Ora, trocar o interesse público por interesses económicos é um erro gravíssimo de visão política.

Em terceiro lugar, nada no processo nos garante que o edifício continuará a servir a população da Sobreira. Nada! não sabemos se será vendido, demolido, ou reconvertido para outros usos que não os da sua função original.

E isto é grave. É grave porque estamos a tomar uma decisão irreversível sem estudos de impacto, sem ouvir sequer a população, sem um plano transparente e participativo para o futuro deste espaço.

Em quarto lugar, a fundamentação técnica apresentada é frágil.

Faltam estudos independentes de impacto, avaliações urbanísticas rigorosas e, sobretudo, uma consulta pública que envolva a população da Sobreira. E mais, nem uma única proposta concreta de requalificação com base na gestão pública.

A legalidade do processo não o torna legítimo do ponto de vista político e democrático

em quinto lugar, os Impactos urbanísticos e ambientais foram claramente ignorados.

Existe uma menção à ampliação da área construída, mas sem qualquer detalhe nem avaliação dos impactos na mobilidade urbana, no meio ambiente ou na qualidade de vida da população.

Num território já pressionado por um processo de urbanização desordenada, decisões como essa não podem ser tomadas de forma superficial ou irresponsável, sob pena de agravar ainda mais os desequilíbrios que como sabemos existem e são muitos.

E finalmente, se aceitarmos esta proposta, abrimos um precedente muito perigoso. Seria a aceitação de que o património municipal pode ser desmantelado conforme as conveniências do momento.

O património público não é uma reserva para negócios. É um instrumento ao serviço das pessoas.

Senhora Presidente,

Esta proposta não serve a Sobreira. Não serve Almada.

O que é preciso é encontrar soluções de requalificação e dinamização do Mercado, com gestão pública, com participação cidadã, com visão de futuro. Não para alienar, mas para investir. Não para vender, mas para servir.

Porque é exatamente para isso que são os espaços públicos para as pessoas, não para o lucro.

Creio estar devidamente justificado o voto contra esta proposta por parte da bancada do Bloco de Esquerda."

7.10.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Senhores Deputados Municipais, já em reunião de Câmara, confesso a minha perplexidade.

Ouvir este discurso, acusar a Câmara Municipal de querer vender para os terríveis privados um edifício onde se encontra o quê? O Lidl. Eu volto a dizer, eu não sei é como é que o Lidl está num terreno de domínio público. E não fomos nós. O que nós estamos a fazer, é regularizar uma situação que foi com a construção do Lidl, que se construiu o Mercado. E o que está aqui em causa, é regularizar uma operação que eu ainda não percebi como é que foi possível.

Portanto, estar a ouvir o discurso que a própria CDU na Câmara Municipal também fez, de dizer que, nós estamos, nós os grandes neoliberais, estamos a vender ao privado, o edifício histórico, que está ocupado por uma grande superfície alemã, privada. Isto já roça o absurdo.

Podemos ter divergências ideológicas e temos certamente, que eu saiba ainda somos todos de esquerda, que eu saiba, certo? Agora, não fomos nós que cedemos ao grande capital alemão, aquele terreno em domínio público. Portanto, este debate é no mínimo surpreendente, a Câmara Municipal de Almada é muito surpreendente em todas as vertentes e, portanto, por isso é que se estranha e depois se entranha.”

7.10.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 23 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, encontrava-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a desafetação do domínio público municipal do prédio urbano sito na Quinta de São João, freguesia da Sobreira, Concelho de Almada, composto por uma parcela de terreno com a área de 5.854,00 m² e um edifício de um piso com 472,75 m² de área de implantação e de construção, destinado a mercado e três lojas, atualmente inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreira sob o artigo 9314, e a sua consequente integração no domínio privado municipal, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-147-DPAT.

7.11 – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Contrato-Programa 2025”;

7.11.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.11.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta diz respeito ao contrato programa a celebrar neste ano de 2025, entre a Câmara Municipal e a WEMOB, como sabem no final do ano de 2024, foram aprovados o Plano de Atividades e o Orçamento da WEMOB para 2025, esse Orçamento já tinha previsto a realização deste contrato programa. Este contrato programa à semelhança dos anos anteriores, serve para que atividades em que não há um propósito exclusivo de obtenção de lucro e que são exercidas até com baixa capacidade de captação de receita, um exemplo, a recolha de veículos em fim de vida. A recolha dos veículos em fim de vida dá uma receita quase desprezível e, portanto, precisam de ter aqui uma compensação por via deste contrato programa.

Também num contexto, fruto daquilo que são avanços verificados na gestão da empresa, isso permitiu foi uma redução apesar de não muito substancial, uma redução dos valores do contrato programa e em que pretendemos manter essa redução que já foi verificada em 2024, no contrato programa baixando para os 480.000.00€ (quatrocentos e oitenta mil euros) distribuídos da seguinte forma: 120.000.00€ (cento e vinte mil



R. R.
AS

euros) destinados a apoiar o serviço de Flexibus; 185.000.00€ (cento e oitenta e cinco mil euros) destinados à gestão e exploração dos parques de estacionamento; 155.000.00€ (cento e cinquenta e cinco mil euros) destinados à remoção de veículos em fim de vida e 20.000.00€ (vinte mil euros) destinados à gestão de pilares em ruas pedonais.

Portanto, a proposta está à consideração de celebração deste contrato programa e de aprovação da respetiva minuta, aproveitando eu naturalmente, esta oportunidade para agradecer não só à Senhora Presidente da WEMOB, a toda a direção e todos os trabalhadores da empresa por permitirem que a empresa após um período difícil, principalmente durante os anos da pandemia, tenha hoje resultados positivos, uma gestão com mais impacto no território, garantindo mais e melhor mobilidade, garantindo também mais e melhor gestão do litoral e que uma empresa que fez no final do ano passado os seus vinte anos, possa olhar com outro futuro e outra esperança para os próximos vinte anos.”

7.11.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, encontrava-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como no n.º 5, do artigo 47.º, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprova o contrato-programa 2025 da Wemob, E.M., S.A., nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-194-GP.

7.12 – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Modificação Objetiva ao Contrato n.º 168/2023 referente a serviços de inspeção e reispecção de elevadores”;

7.12.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS);

7.12.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi aprovada em reunião de Câmara a Modificação Objetiva do Contrato referente aos serviços de inspeção e de elevadores, essa Modificação implica a reprogramação financeira pelo que trazemos aqui para aprovação dos encargos plurianuais.”

7.12.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 26 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 10 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, encontrava-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para modificação objetiva ao contrato



n.º 168/2023 referente a serviços de inspeção e reinspecção de elevadores, no valor global de 189.979,99 € (cento e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e nove euros, e noventa e nove centimos), valor com IVA incluído à taxa legal de 23% repartida por quatro anos, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-208-DGAU.

7.13 – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de celebração de um Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, para intervenções na zona da Vila Nova”.

7.13.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereador Maria Teodolinda Silveira (PS);

7.13.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Município de Almada celebrou um Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Caparica e Trafaria, visando promover a descentralização administrativa e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, no qual se inclui a realização de um conjunto de intervenções destinadas a reparar e conservar equipamentos municipais como os pequenos campos de jogos bem como o manter os espaços verdes de enquadramento e passeios e pavimentos pedonais.

Não obstante, foi identificado quer pelo Município, quer pela Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, a necessidade da realização de um conjunto de intervenções na zona de Vila Nova, que beneficiam o espaço público e os equipamentos existentes, nomeadamente, a requalificação do Parque Infantil de Vila Nova, a instalação de um novo Parque Canino, e de uma zona de laser para adultos e o corte de ervas nas zonas envolventes a estes equipamentos.

As intervenções necessárias não estão previstas obviamente, no contrato interadministrativo celebrado. Por isto considera-se que, a título excepcional se celebre com a Junta da União de Freguesias Caparica e Trafaria, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, especificamente quanto às intervenções em causa, por forma a garantir a boa e celebre execução destas intervenções, tão necessárias ao bem-estar daquela Freguesia.

A resolução das situações supradescritas, é premente, estimando-se o custo para a sua resolução no valor de 58.500,00€ (cinquenta e oito mil e quinhentos euros).

Portanto, a proposta é delegar na Junta da União de Freguesias da Caparica e Trafaria, competências previstas na alínea dd), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL, especificamente quanto ao lançamento do procedimento pré-contratual adequado à realização de intervenções de qualificação do Parque Infantil de Vila Nova, a instalação de um novo Parque Canino e uma zona de laser para adultos e corte de ervas, nas zonas envolventes a estes equipamentos bem como a execução contratual.”

7.13.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, encontrando-se fora da sala o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira Pedro Matias (PS), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Almada e a Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, para intervenções na zona de Vila Nova da Caparica, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-215-GP.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento à Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

8 – Tendo-se esgotado a ordem de trabalhos, sendo cerca das 01H20, deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Miguel Salvado (PSD), António Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU) e Filipa Lourenço Cruz (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA

